UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE

PRÁTICAS DO COMITÊ DE AUDITORIA:
EVIDÊNCIAS DE EMPRESAS BRASILEIRAS

Paulo César da Silva Siqueira de Souza

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro

São Paulo

2010

Prof. Dr. João Grandino Rodas
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Edgard Bruno Cornachione Júnior
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Luís Eduardo Afonso
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade

PAULO CÉSAR DA SILVA SIQUEIRA DE SOUZA

**PRÁTICAS DO COMITÊ DE AUDITORIA:
EVIDÊNCIAS DE EMPRESAS BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro

São Paulo

2010

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SDB/FEA/USP

Souza, Paulo César da Silva Siqueira de
Práticas do Comitê de Auditoria : evidências de empresas brasileiras /
Paulo César da Silva Siqueira de Souza. – São Paulo, 2010.
131 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2010.
Orientador : Reinaldo Guerreiro.

1. Governança corporativa 2. Conselho de administração 3.
Auditoria I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade. II. Título.

CDD – 658.4

Aos meus pais,
José e Edina (*in memorian*),
pelo exemplo de vida e direcionamento,
Aos meus filhos,
Victória, Matheus e Raphaela,
fonte de toda minha inspiração,
Dedico

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro, com quem tive a honra de aprender nas disciplinas de Pós-Graduação, pela orientação durante o trabalho e pelo exemplo de dedicação acadêmica, ética e amizade.

Aos Prof. Dr. Jerônimo Antunes e Prof. Dr. Iran Siqueira Lima, membros da banca de qualificação, pelas oportunidades oferecidas para o meu desenvolvimento, pelas críticas e sugestões muito valiosas para o aprimoramento desta dissertação.

Aos professores do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA-USP pelas oportunidades de aprendizado e por me indicarem outras possibilidades de olhar e refletir, em especial àqueles de quem tive a honra de ser aluno: Alexandre Di Micelli da Silveira, Ariovaldo dos Santos, Bruno Meirelles Salotti, Carlos Alberto Pereira, Fábio Frezatti, Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima, Gilberto de Andrade Martins, Luiz Nelson Guedes de Carvalho.

A todos os funcionários da USP e da FIPECAFI, pela eficiência profissional, em especial à Cristina, Rodolfo e Belinda, pela disposição e por facilitarem nossas vidas.

A todos os amigos mestrando e doutorando com quem tive a honra do convívio durante o curso, pelo apoio e trocas de experiências.

À doutoranda Patrícia de Souza Costa e aos já Mestres Diana Lúcia de Almeida e Pedro Henrique Barros, com especial carinho pelo apoio durante o curso de mestrado, pelo convívio e principalmente pelo inestimável incentivo quando as dificuldades aumentaram.

À escola e, em especial, a escola pública.

Por fim, à minha família: aos meus pais (*in memoriam*) pelo direcionamento, aos meus irmãos pelo carinho e afeto, e aos meus filhos Victória, Matheus e Raphaela, fonte de toda minha inspiração.

RESUMO

O objetivo principal da pesquisa foi investigar quais fatores motivaram empresas brasileiras de capital aberto a adotarem o Comitê de Auditoria como parte integrante de sua estrutura de Governança Corporativa. Como complemento, investigou-se a associação entre características das companhias, como Liquidez, Porte e Emissão de ADR's, e a adoção ou não de comitês de auditoria. Para tanto, foi selecionada uma amostra de 100 companhias, extraídas de um universo de 420, com maior volume de negócios entre abril de 2009 e março de 2010. Para esse grupo, foi submetido um questionário a fim de coletar informações referentes à estrutura geral dos comitês de auditoria, bem como informações sobre os motivos que as levaram a implantar o referido comitê. O índice de respondentes foi de 32%. Para analisar os dados dos questionários, a pesquisa foi dividida em duas partes inter-relacionadas. Na primeira, buscou-se interpretar os resultados provenientes do questionário utilizando-se de técnicas estatísticas simples, com o intuito de descrever os resultados. Na segunda, estudou-se as associações entre características das companhias e a opção de elas adotarem ou não o comitê de auditoria em suas estruturas de governança corporativa. A Análise de Correspondência (ANACOR) foi empregada nessa parte. Em relação à primeira parte, pelas respostas das próprias companhias, os principais determinantes para a adoção do comitê de auditoria foram: i) apoiar as atividades do Conselho de Administração; ii) atender à legislação norte-americana - SOX; iii) atender à Resolução do Conselho Monetário Nacional / Banco Central do Brasil; e iv) incrementar o sistema e as práticas de governança corporativa. Em relação aos resultados da segunda parte, de forma geral, os resultados sugerem que empresas com alta liquidez estão fortemente associadas com a adoção de comitês de auditoria e empresas com baixa liquidez estão associadas à ausência de comitês em sua estrutura de governança. Outro resultado obtido foi com relação ao porte das companhias. Pela ANACOR, foi possível verificar a associação de comitês de auditoria e outros comitês do conselho a empresas de médio e grande porte, com uma maior aproximação entre empresas de médio porte. Por fim, observou-se que empresas que emitem ADR's cujos níveis de exigências são mais baixos (ADR's Nível 1 e Regra 144-A) estão associadas com a ausência de comitês, enquanto que as empresas que emitem ADR's Nível 2 e 3, estão associadas com a adoção de comitês em suas estruturas de governança corporativas, mas não necessariamente o comitê de auditoria. Esse resultado pode ser explicado pela flexibilidade existente na legislação norte-americana que possibilita às empresas optarem pela adaptação do Conselho Fiscal às normas da *Securities and Exchange Commission*. Todavia, é necessário salientar as limitações inerentes à pesquisa. A primeira importante limitação é com relação à amostra, tendo em vista que as companhias não foram selecionadas aleatoriamente, e sim pelo volume de transações. Logo, há um viés de seleção na amostra, cujo resultado direto é a impossibilidade de generalização dos resultados. Em seguida, cabe salientar que as definições apresentadas na pesquisa também podem ser criticadas, tendo em vista que o conceito de governança corporativa está limitado às características do comitê de auditoria. As técnicas estatísticas também podem ser criticadas, pois as análises descritivas e ANACOR não permitem afirmar haver causalidade entre as variáveis estudadas.

Palavras-chave: comitê de auditoria, comitês do conselho, conselho de administração, governança corporativa.

ABSTRACT

The main objective of this research was to investigate which factors motivated Brazilian public companies to adopt the Audit Committee as part of its Corporate Governance organizational structure. Additionally, it was investigated the association between characteristics of companies, such as Liquidity, Size and Issuance of ADRs, and the adoption or lack of audit committees. For this purpose, a sample of 100 companies were selected, drawn from a universe of 420, with higher trade volume between April 2009 and March 2010. For this group, a questionnaire was sent to collect information regarding the overall structure of audit committees, as well data related with the reasons which led them to establish such a committee. The rate of respondents was 32%. To analyze the data, the research was divided into two interrelated parts. In the first session, the results were analyzed based on simple statistical techniques, in order to describe the results. In the second session, the results were analyzed based on associations between the companies' characteristics as well as the option to adopt them with regards the Audit Committee in their corporate governance organizational structures. The Correspondence Analysis (ANACOR) was used in this session. Based on the survey results of the first session, the main determinants for the adoption of the Audit Committee are: i) to support the Board of Directors activities; ii) to comply with USA SOX law; iii) to comply with the Resolution established by National Monetary Council / Central Bank of Brazil; and iv) to enhance the best practices of Corporate Governance. Moreover, the results of the second session, in general suggested that the companies of high liquidity are strongly associated with Audit Committees adoption while the companies of low liquidity are associated with the absence of committees in its organizational structure. Another result was related to the size of the companies. As per ANACOR, it was possible to verify the association between the Audit Committees and other board of directors committees with companies from middle to large size with slightly trend to middle size companies. Finally, it was observed that companies with ADR's launch which requirement levels is low (ADR's level 1 and Rule 144-A) are associated with the absence of Audit Committees while the companies with ADR's launch with high requirement level (ADR's level 2 and 3) are associated with the adoption of its committees on corporate governance structures, but not necessarily the audit committee. This result can be explained for the flexibility of U.S. law that allows the companies to opt for the adaptation of Fiscal Council to the rules of Securities and Exchange Commission. Notwithstanding is necessary to highlight the limitation inherent in this research. The first important limitation is related to the sample used, considering that the companies were not selected randomly, but by the volume of transactions. So there is a selection bias, whose offer the impossibility of generalizing results. Furthermore, it is important to highlight that the presented definitions in the survey could be criticized considering that the Corporate Governance concept is limited by characteristics of the Audit Committees. The statistics techniques could also be criticized once the descriptive analysis and ANACOR couldn't guarantee the causality between the study variables.

Keywords: audit committee, board of directors committees, board of directors, corporate governance.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	3
LISTA DE FIGURAS	4
LISTA DE GRÁFICOS	5
LISTA DE TABELAS	6
1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Situação Problema	7
1.2 Questão de Pesquisa	10
1.3 Objetivos.....	10
1.4 Justificativa e importância	11
1.5 Estrutura do Trabalho	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1 Teoria da Agência.....	15
2.2 Conceitos de Governança Corporativa	17
2.3 Mecanismos de Governança Corporativa.....	19
2.4 <i>Sarbanes & Oxley Act</i> 2002.....	20
2.5 Conselho de Administração.....	24
2.5.1 Conselheiros Independentes	26
2.6 Comitês do Conselho.....	28
2.7 Comitê de Auditoria	28
2.7.1 O Comitê de Auditoria para Instituições Financeiras no Brasil	33
2.7.1.1 Atribuições do Comitê de Auditoria para Instituições Financeiras no Brasil ..	36
2.7.2 O Comitê de Auditoria nas sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.....	39
2.7.2.1 Atribuições do Comitê de Auditoria nas sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar	41
2.8 Conselho Fiscal	44
2.8.1 Conselho “Fiscal Turbinado”	46
2.9 Auditoria Independente	48
2.10 Níveis Diferenciados de Governança Corporativa e o Novo Mercado	50
2.11 Sistemas de Controles Internos.....	54
2.12 Auditoria Interna.....	56
3 METODOLOGIA	57
3.1 Método de pesquisa	57
3.2 População e amostragem	58
3.3 Estratégia de coleta de dados.....	60
3.3.1 Dados primários	60
3.3.2 Dados secundários.....	61
3.4 Variáveis do estudo	62
3.5 Tratamento estatístico.....	64
3.6 Limitações da pesquisa.....	66
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	69
4.1 Análise descritiva do questionário.....	69
4.1.1 Presença de comitês na estrutura de governança das empresas	69
4.1.2 Presença do conselho fiscal na estrutura de governança das empresas.....	71
4.1.3 O Comitê de Auditoria na estrutura de governança das empresas	75
4.1.4 Principais fatores que motivaram a implantação do comitê de auditoria conforme o ano de sua implantação.....	76

4.1.5	Quais os principais motivos que justifiquem a manutenção do comitê de auditoria e quais os custos para a sua manutenção	78
4.1.6	Quem ocupa o cargo de membro do comitê de auditoria?	80
4.1.6.1	Presença de conselheiros no comitê de auditoria	80
4.1.6.2	Presença de executivos da empresa no comitê de auditoria	83
4.1.6.3	Características dos membros do comitê de auditoria	84
4.1.6.4	Qual a experiência profissional do especialista financeiro do comitê de auditoria?.....	86
4.1.6.5	Presença de <i>Board Interlocking</i> entre os membros do comitê de auditoria	87
4.2	Outras informações sobre as atividades do comitê de auditoria.....	89
4.3	Resultados da Análise de Correspondência – ANACOR.....	90
4.3.1	Associação entre as variáveis Comitês do Conselho de Administração e Liquidez	91
4.3.2	Associação entre as variáveis Comitês do Conselho de Administração e Porte	93
4.3.3	Associação entre as variáveis Comitês do Conselho de Administração e Emissão de ADR's.....	95
5	Considerações finais	99
	Referências	103
	Apêndices	107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADR: *American Depositary Receipts*
AICPA: *American Institute of Certified Public Accountants*
ANACOR: Análise de Correspondência
BACEN: Banco Central do Brasil
BM&FBOVESPA: Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEG: Centro de Estudos de Governança Corporativa
CEO: *Chief Executive Officer*
CFC: Conselho Federal de Contabilidade
CFO: *Chief Finance Officer*
CMN: Conselho Monetário Nacional
CNSP - Conselho Nacional de Seguros Privados
CVM: Comissão de Valores Mobiliários
IBGC: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
OCDE: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PCAOB: *Public Company Accounting Oversight Board*
SAS: *Statements on Auditing Standards*
SEC: *Securities and Exchange Commission*
SFN - Sistema Financeiro Nacional
SOX: *Lei Sarbanes-Oxley*
SPC: Secretaria de Previdência Complementar
SPSS: *Statistical Package for Social Science*
SUSEP: Superintendência de Seguros Privados

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Amostra de empresas pesquisadas em relação ao universo de empresas da BM&FBOVESPA.	59
Figura 2 – Volume médio mensal de negócios da amostra em relação ao total negociado na BM&FBOVESPA.	59
Figura 3 – Presença de Conselho Fiscal nas empresas da amostra.	72
Figura 4 – Composição dos Conselhos de Administração das empresas que possuem Comitê de Auditoria.	81
Figura 5 – Composição dos Comitês de Auditoria.	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação do Comitê Auditoria nas empresas emissoras de ADR's Nível 2 e Nível 3.	73
Gráfico 2 – Ano de implantação do comitê de auditoria de empresas emissoras de ADR's Nível 2 e Nível 3.	74
Gráfico 3 – Distribuição da implantação do comitê de auditoria por ano.....	77
Gráfico 4 – Análise de correspondência entre comitês do conselho e liquidez.	92
Gráfico 5 - Análise de correspondência entre comitês do conselho e porte.	94
Gráfico 6 – Análise de correspondência entre comitês do conselho e emissão de ADR's.	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Empresas Listadas na BM&FBOVESPA por níveis de Governança Corporativa.	54
Tabela 2 - Quantidade de comitês presentes nos conselhos das empresas.....	70
Tabela 3 – Principais comitês presentes na estrutura de governança das empresas pesquisadas.....	71
Tabela 4 – Distribuição dos comitês de auditoria em relação ao setor econômico das empresas.....	75
Tabela 5 – Fatores para a implantação do Comitê de Auditoria.	78
Tabela 6 – Fatores para a manutenção do Comitê de Auditoria.	79
Tabela 7 – Custos para a manutenção do Comitê de Auditoria.	79
Tabela 8 – Presença de Conselheiros como membros do Comitê de Auditoria.	82
Tabela 9 – Presença de Conselheiros Independentes como membros do Comitê de Auditoria.....	83
Tabela 10 – Proporção entre homens e mulheres como membros do Comitê de Auditoria. ...	84
Tabela 11 – Principais áreas de formação dos membros do Comitê de Auditoria.....	85
Tabela 12 – Pós-Graduação entre os membros do Comitê de Auditoria.	85
Tabela 13 – Estrutura etária dos membros do Comitê de Auditoria.	85
Tabela 14 – Principais áreas de formação dos especialistas financeiros do Comitê de Auditoria.	86
Tabela 15 – Pós-Graduação entre os especialistas financeiros do Comitê de Auditoria.	87
Tabela 16 – <i>Board Interlocking</i> entre os membros do Comitê de Auditoria.	88
Tabela 17 – Frequência do <i>Board Interlocking</i>	88
Tabela 18 – <i>Board Interlocking</i> – estatísticas descritivas.	88
Tabela 19 – Tabela de correspondência entre comitês do conselho e liquidez.....	91
Tabela 20 - Tabela de correspondência entre comitês do conselho e porte.	93
Tabela 21 – Tabela de correspondência entre comitês do conselho e emissão de ADR's.....	95

1 INTRODUÇÃO

1.1 Situação Problema

Episódios recentes de escândalos financeiros e falências de grandes empresas, consequência de sucessivas crises e fraudes no mundo (*Enron, WorldCom, Global Crossing, Xerox, Parmalat, Lehman Brothers*, etc), imputaram à sociedade um enorme desconforto causado pela ruptura da confiança no mercado financeiro e de capitais, reforçando a necessidade de instâncias fiscalizadoras dentro das companhias. Diante desta realidade, a sociedade, as instituições, os agentes e os governos passaram a demandar por mecanismos de controle que possibilitem a mitigação dos riscos da ocorrência de novos eventos que impliquem em novas crises.

Como resposta a esta necessidade, a governança corporativa das empresas com seus mecanismos de controle (a estrutura de propriedade e controle, o conselho de administração e seus comitês, o conselho fiscal, a auditoria independente, os sistemas de controles internos e a auditoria interna), apresenta-se como ferramenta para a mitigação desses riscos.

Corroborando com este entendimento, órgãos reguladores destacam os elementos de controle em suas regulamentações, com especial destaque para elementos de governança corporativa, como a presença de conselhos e comitês independentes, capazes de garantir que os relatórios emitidos representem a real situação econômica e financeira das empresas.

Na busca por restabelecer a confiança no mercado, os Estados Unidos da América promulgaram em 2002 a Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX), a qual, entre outros aspectos, empreendeu ênfase em severas punições para administradores e auditores externos em caso de fraudes e o fortalecimento do comitê de auditoria. Dentre as extensas disposições da referida lei, pode-se citar:

- a. A incumbência ao conselho de administração, através do comitê de auditoria, de supervisionar a contratação de auditores externos e de assegurar que seus trabalhos sejam realizados de forma independente, sem influência da gestão da empresa;

- b. A determinação de que é de responsabilidade da administração (CEO - *Chief Executive Officer* e CFO – *Chief Financial Officer*) implantar e manter uma adequada estrutura de controle interno voltado para os relatórios financeiros;
- c. O estabelecimento de que o sistema de controle interno para o relatório financeiro seja revisado, reavaliado e testado continuamente pela administração, com a inclusão, nas demonstrações financeiras, de um relatório específico sobre sua avaliação, atestado pelo auditor externo;
- d. A instituição de que, para atestar o relatório da administração sobre os controles internos, o auditor externo deve auditar tanto os procedimentos adotados pela administração para o desenho e teste dos controles, como auditar os controles internos integrado com a auditoria das demonstrações financeiras.

No Reino Unido, o relatório do Comitê *Cadbury*¹ sobre aspectos financeiros da governança corporativa coloca considerável ênfase sobre as funções do comitê de auditoria em relação aos relatórios financeiros e a prestação de contas (*accountability*²). Recomenda-se que todas as empresas listadas instituíam um comitê de auditoria e incluam, em seus estatutos, detalhes a respeito das responsabilidades e da composição deste comitê. A maior parte das companhias do Reino Unido instituiu o comitê de auditoria, muitas delas em função do Comitê *Cadbury*.

No Brasil, as exigências quanto à necessidade de controles internos efetivos e eficazes não foram diferentes. Em 1998, o Conselho Monetário Nacional (CMN) emitiu a Resolução n° 2.554 que determina a implementação de sistema de controles internos para as instituições financeiras. Em maio de 2004, objetivando aumentar a qualidade da governança corporativa nas instituições financeiras, o CMN emitiu a Resolução n° 3.198 que, entre outras

¹ Na Inglaterra, a governança corporativa passou a ser discutida em 1991 com a criação da Comissão *Cadbury*, supervisionada por Sir Adrian Cadbury, na época o *Chairman* do Comitê de Assuntos Financeiros do Conselho de Administração do Banco da Inglaterra, com o objetivo de revisar certas práticas de governança corporativas relacionadas a aspectos contábeis. Em dezembro de 1992, foi divulgado o Relatório *Cadbury*, intitulado *The Financial Aspects of Corporate Governance*, que constituiu o marco inicial do movimento da governança corporativa no país.

² *Accountability* - O conceito envolve a obrigação de se prestarem contas (evidenciação) pelos resultados de decisões ou ações, com frequência, para prevenir o mau uso do poder e outras formas inadequadas de comportamento de outrem.

disposições, estabeleceu a obrigatoriedade do Comitê de Auditoria para as instituições financeiras com Patrimônio de Referência igual ou superior a R\$ 1 bilhão.

Demonstrando a mesma preocupação do CMN e versando sobre os mesmos temas, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) emitiu em dezembro de 2004 a Resolução nº 118 que, entre outras disposições, estabeleceu a obrigatoriedade do Comitê de Auditoria para as sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar com Patrimônio Líquido Ajustado igual ou superior a R\$ 500 milhões.

Assim, analisando-se a legislação existente tanto no âmbito nacional como no internacional, é possível verificar que o comitê de auditoria recebeu atenção especial de vários organismos reguladores, relacionando-o com a qualidade e confiabilidade das demonstrações contábeis, por se tratar de um órgão capaz de opinar de forma isenta e independente sobre diversos elementos de controle da empresa.

O Comitê de Auditoria é uma das fontes mais importantes de controle dentro da atual estrutura de governança das organizações, cuja importante função é detectar e prevenir a organização sobre os riscos aos quais ela está sujeita. É um dos comitês de apoio ao conselho de administração de uma sociedade por ações e podem ser constituídos pelo conselho visando apoiá-lo em suas atividades, facilitar a compreensão e o aprofundamento de temas empresariais e cooperar com a interlocução entre conselheiros e executivos.

Com o objetivo de dar maior qualidade aos aspectos financeiros (relatórios financeiros e prestação de contas) da governança corporativa, muitas empresas têm instalado o comitê de auditoria. Estudiosos de governança corporativa apontam que o fato de se instituir um comitê de auditoria na estrutura de governança de uma empresa não é garantia da efetividade de suas atividades e a avaliação desta efetividade é pertinente para um contínuo debate sobre o desenvolvimento da governança corporativa nas empresas (SPIRA, 1998).

Portanto, este trabalho objetiva ampliar os conhecimentos sobre o órgão comitê de auditoria e suas práticas em empresas brasileiras de capital aberto, identificando a forma de atuação, a composição e o perfil de seus membros.

1.2 Questão de Pesquisa

Toda discussão sobre governança corporativa parte da hipótese de que os mecanismos de governança influenciam o desempenho das empresas. Dentre os mecanismos internos de governança corporativa, o comitê de auditoria destaca-se na estrutura de governança devido às suas atividades de analisar as demonstrações financeiras, prover o desenvolvimento de controles internos confiáveis, garantir que a auditoria interna desempenhe seu papel e que os auditores independentes avaliem as práticas da diretoria e da auditoria interna sem a influência da gestão da empresa.

Ao analisar a legislação nacional e internacional, constata-se que diversos organismos reguladores destacaram a importância do comitê de auditoria relacionando-o com a qualidade e confiabilidade das demonstrações contábeis, exaltando sua independência e capacidade de opinar de forma isenta sobre elementos de controle da empresa. Tais constatações remetem esta dissertação à seguinte questão de pesquisa:

Quais os fatores que motivaram empresas brasileiras de capital aberto a adotarem o comitê de auditoria como parte integrante de sua estrutura de governança corporativa?

1.3 Objetivos

Os objetivos da pesquisa, segundo Sampieri *et al.* (2006, p. 36), têm a finalidade de mostrar o que se deseja da pesquisa e devem ser expressos com clareza, pois são as orientações do estudo. A clareza visa evitar possíveis desvios no processo de pesquisa.

Objetivo geral:

O objetivo geral deste trabalho é verificar quais os fatores que motivaram empresas brasileiras de capital aberto a adotarem o comitê de auditoria como parte integrante de sua estrutura de governança corporativa.

Uma vez explanado o objetivo geral deste trabalho, faz-se necessário detalhar os objetivos específicos. Assim, os objetivos específicos são:

- a. Verificar se as empresas brasileiras de capital aberto adotam o comitê de auditoria como parte integrante de sua estrutura de governança corporativa;
- b. Identificar o modelo de comitê de auditoria adotado pelas companhias abertas brasileiras componentes da amostra, identificando a composição, o perfil e a forma de atuação dos membros que o integram;
- c. Identificar as principais características que qualificam o especialista financeiro;
- d. Verificar a existência de potenciais associações entre a adoção do comitê de auditoria pelas empresas com algumas características comuns entre elas;
- e. Descrever as principais iniciativas governamentais e institucionais que estimulam as empresas a aprimorem suas práticas de governança;
- f. Verificar se a estrutura dos comitês de auditoria adotada pelas empresas coaduna para uma melhor estrutura de governança corporativa, isto é, conforme as recomendações do código de governança do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa; e
- g. Contribuir para a discussão sobre comitê de auditoria e governança corporativa apresentando pesquisas recentes sobre o tema, haja vista a crescente importância do assunto no país e a relativa ausência de estudos acadêmicos no Brasil.

1.4 Justificativa e importância

Todo trabalho de pesquisa científica precisa evidenciar as razões que justifiquem sua realização. Lakatos e Marconi (2010, p. 202) definem justificativa como uma “[...] exposição sucinta, porém completa, das razões de ordem teórica e dos motivos de ordem prática que

tornam importante a realização da pesquisa”, além de ser o elemento que contribui mais diretamente para a aceitação da pesquisa.

A governança corporativa é uma ampla área de pesquisa envolvendo finanças, economia, direito e contabilidade (SILVEIRA, 2004, p. 29). As pesquisas sobre governança corporativa se intensificaram a partir do final da década de 1980 e o entendimento da estrutura de governança das empresas é fator fundamental para sua avaliação. O entendimento desta estrutura passa fundamentalmente pelo conselho de administração, seus comitês e as relações de agência. Sob esta perspectiva, governança corporativa é entendida como a tentativa de minimizar os custos decorrentes dos problemas de agência dos gestores.

Especificamente, pesquisas sobre o comitê de auditoria ainda são escassas no Brasil, ademais a adoção pelas empresas ocorre de forma lenta. Não obstante, o tema vem recebendo atenção de governos, legisladores, autoridades reguladoras, auditores e outros agentes do mercado, tanto no Brasil como em outros países, justificando os esforços voltados para uma compreensão melhor sobre o tema.

Portanto, conforme o mercado de capitais se torna mais sofisticado e pulverizado, a discussão sobre governança ganha cada vez mais destaque no âmbito corporativo. No Brasil, a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA) lançou em 2001 os segmentos diferenciados de governança corporativa das empresas, Nível 1, Nível 2 ou Novo Mercado, classificando-os de acordo com o grau de compromisso assumido pela empresa em relação à algumas regras e práticas de governança. Também no Brasil, em 1995 foi fundado o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa³ (IBGC) com o objetivo de difundir o tema no país. Atualmente, entidades governamentais como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco Central do Brasil (BACEN), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) e a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) consideram o aprimoramento das práticas de governança algo fundamental para o desenvolvimento do mercado brasileiro.

³ Em 1995 foi fundado o Instituto Brasileiro de Conselheiros e Administradores – IBCA, que em 1999 passou a denominar Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Hoje, reconhecido nacional e internacionalmente como a principal referência na difusão das melhores práticas de Governança na América Latina.

Sendo assim, todo o movimento em torno da governança corporativa se justifica pela hipótese de que o assunto é importante para o desenvolvimento das empresas. Como o comitê de auditoria, foco desta pesquisa, é parte integrante deste tema, justifica-se a contribuição que esta pesquisa pode oferecer para o campo de Ciências Contábeis no Brasil. Em um sentido mais amplo, o entendimento do comitê de auditoria e suas práticas pode estimular mudanças institucionais nas empresas. O entendimento e a adoção de melhores estruturas de governança por empresas brasileiras podem ser úteis para ajudá-las a serem mais eficientes e para o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro.

No aspecto empresarial, a contribuição que o meio acadêmico pode oferecer consiste em apresentar um retrato da realidade e permitir às organizações, dessa forma, conhecerem a realidade do mundo a sua volta e não somente o seu horizonte particular, evidenciando a prática dos comitês de auditoria prevalentes em outras organizações.

1.5 Estrutura do Trabalho

O presente estudo está dividido em 5 capítulos. O capítulo 2 apresenta a fundamentação teórica que dá base à pesquisa, iniciando com a teoria da agência, conceitos e mecanismos de governança corporativa e a Lei *Sarbanes-Oxley*, dissertando especificamente sobre conselho de administração, comitês do conselho, comitê de auditoria, conselho fiscal, auditoria independente, níveis diferenciados de governança, controles interno e auditoria interna. No capítulo 3 é descrita a metodologia científica, a definição da amostra e a técnica de análise dos dados, assim com a delimitação da pesquisa. Já o capítulo 4 detalha a seleção da amostra, a estatística descritiva e apresenta os resultados estatísticos obtidos. Por fim, as conclusões e sugestões para futuras pesquisas encontram-se no capítulo 5.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Teoria da Agência

O progresso social resultante da revolução industrial vem estimulando mudanças na forma de gestão das organizações. À medida que as organizações se desenvolvem, a gestão tende a passar de uma estrutura centralizada, personalizada, administrada pelos proprietários ou membros de suas famílias, para uma estrutura baseada em remuneração, feita por gestores profissionais.

Tal mudança no perfil da administração, no que tange a gestão, veio como uma resposta à necessidade das organizações em se manter ou se tornar eficaz, robusta, produtiva e ágil, com intuito de enfrentar os desafios, de se consolidar ou ampliar sua posição no mercado.

É neste cenário que surge o conflito entre maximizar o valor da empresa, cujo interesse é do seu proprietário, versus aumentar as chances de carreira e remuneração, interesse dos gestores profissionais. É este conflito de interesses que originou os estudos na área de administração que resultaram na Teoria da Agência, a qual tem contribuído para descobrir os meios mais adequados para reduzir tais conflitos. Foi com base nessa teoria que surgiram os termos “principal”, o qual é usado para caracterizar os proprietários da empresa, e “agente”, para caracterizar os gestores profissionais contratados para sua administração.

Jensen e Meckling (1976, p. 308) definem relacionamento de agência como “[...] um contrato onde uma ou mais pessoas – o principal – engajam outra pessoa – o agente – para desempenhar alguma tarefa em seu favor, envolvendo a delegação de autoridade para tomada de decisão pelo agente.” Já o conflito de agência pode ser definido como “conflito de interesses possibilitado pela separação entre a propriedade e o controle, se referindo as dificuldades que os investidores têm em garantir que seus fundos não serão expropriados ou perdidos em projetos não atrativos.” (SILVEIRA, 2002, p. 14).

Segundo Iudícibus e Lopes (2004, p. 182), “O conflito de agência é exacerbado pelo problema da assimetria informacional”. A assimetria informacional, por sua vez, pode ser

caracterizada como uma situação na qual uma das partes da transação não possui toda a informação necessária para avaliar o desempenho individual dos envolvidos.

Ressalta-se que o conflito de agência não é restrito a relações empresariais, podendo ocorrer em qualquer situação na qual alguém detém a propriedade e delega poderes a uma segunda pessoa.

Para Silveira (2002, p. 16), as principais formas pelas quais os executivos expropriam riquezas dos investidores são pela diversificação excessiva da empresa; pelo crescimento excessivo, por meio de aquisições de outras empresas; pela diversificação excessiva do portfólio de produtos; pela fixação de gastos pessoais excessivos, tais como salários e benefícios; por *tunneling*, que consiste na transferência de recursos (vendas de ativo, preço de transferência) e resultados entre empresas; pelo empreendimento de projetos devido ao gosto pessoal do gestor; por designação de membros da família desqualificados para posições gerenciais (nepotismo); por resistência à substituição; por roubo de lucros/fraude; e por resistência à liquidação ou fusão vantajosa para acionista.

É neste contexto que surge a Governança Corporativa, com seus mecanismos internos e externos, visando mitigar os possíveis conflitos existentes entre o “principal” e o “agente”. De acordo com Silveira (2002, p. 13), “[...] o entendimento do problema sobre governança corporativa passa pela compreensão de como ocorre o problema de agência nas empresas e quais mecanismos poderiam ser empregados.”

Segundo La Porta *et al.* (2000), Governança Corporativa é, em grande parte, um conjunto de mecanismos através dos quais investidores externos protegem a si mesmo contra a expropriação pelos internos.

Portanto, a implementação de estruturas de controle, dentre elas o Comitê de Auditoria, estão suportadas com bases nas definições teóricas da Teoria da Agência, já amplamente discutidas nos trabalhos de Jensen e Mackling (1976), Shleifer e Vishny (1997), La Porta *et al.* (2000) e Jensen (2001).

2.2 Conceitos de Governança Corporativa

A chamada grande corporação moderna tem como característica principal a separação entre a propriedade e o controle. Em função dessa separação, surge o relacionamento de agência entre o principal e o agente. Como consequência desse relacionamento, o principal necessita de mecanismos que lhe garantam que as decisões estejam sendo tomadas pelo agente de forma a maximizar o retorno de seu investimento. Dados os aspectos mencionados, esta seção visa apresentar algumas definições de governança corporativa.

A expressão “Governança Corporativa” deriva do termo em língua inglesa *Corporate Governance*, despontando na década de 80 do século passado objetivando aprimorar as relações entre empresas e investidores.

De acordo com Silveira (2002, p. 1-2), governança corporativa pode “[...] ser definida como o conjunto de mecanismos internos e externos que visam harmonizar a relação entre gestores e acionistas, dada a separação entre controle e propriedade”. Mais especificamente no caso das empresas brasileiras, por possuírem uma estrutura de propriedade concentrada, conforme demonstra o estudo de Valadares e Leal (2000), os mecanismos de governança visam harmonizar a relação entre acionistas controladores (muitas vezes os próprios gestores das companhias) e os minoritários.

Conforme Denis e McConnell (2003, p. 1), governança corporativa pode ser entendida como um conjunto de mecanismos que induzem o gestor a tomar decisões que maximizem o valor da empresa para os seus proprietários. Na definição do autor, está claramente expressa a preocupação de que a governança tenha como objetivo final a maximização do valor para os seus proprietários. Nesse sentido, Shleifer e Vishny (1997, p. 2) definem governança corporativa como sendo um conjunto de mecanismos utilizado para que seus provedores de recursos garantam o retorno dos investimentos realizados.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) define governança corporativa como o sistema pelo qual as empresas são dirigidas e controladas. A estrutura de governança corporativa especifica a distribuição de direitos e responsabilidades entre os diferentes participantes da corporação, tais como o conselho de administração, gerentes e

acionistas e outras partes relacionadas (*stakeholders*⁴), e esclarece as regras e procedimentos para a tomada de decisões sobre assuntos corporativos. Ao fazer isso, a estrutura de governança corporativa também fornece a estrutura através da qual os objetivos da empresa são definidos, os meios para se atingir tais objetivos e monitorar seu desempenho.

No Brasil, dois órgãos se destacaram por elaborar documentos versando sobre boas práticas de governança corporativa: o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e a Comissão de Valores Mobiliários.

O IBGC (2009a, p. 19) define governança da seguinte forma: “Governança Corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle.” Essa definição está contida no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do referido órgão e é considerado o principal documento de recomendações de governança do país. Neste documento o IBGC (2009a, p. 19) relacionou os 4 princípios básicos de governança corporativa: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Por fim, a CVM (2002, p. 1) define governança como sendo “[...] o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas, tais como investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital.” O objetivo da CVM ao elaborar sua cartilha contendo recomendações sobre governança corporativa foi estimular o desenvolvimento do mercado de capitais nacional, pois, por meio da utilização dos mecanismos de governança, o investidor passaria a ter mais confiança de que o seu recurso empregado na companhia teria garantia de retorno. Além disso, pretende beneficiar as empresas, pois caso o investidor reconheça que seu investimento possui segurança de retorno, ele estará disposto a pagar o valor justo pelos títulos adquiridos, o qual diminuirá o custo de capital das empresas.

⁴ Os *stakeholders* são todos os públicos envolvidos com a companhia, como clientes, empregados, fornecedores, etc.

Pelas definições apresentadas, percebe-se a preocupação primordial com a harmonização do relacionamento entre a empresa e seus provedores de recursos, ou seja, os investidores em geral.

2.3 Mecanismos de Governança Corporativa

Na maioria das definições apresentadas acima (SILVEIRA, 2002; DENIS e MCCONNELL, 2003; SHLEIFER e VISHNY, 1997), os autores afirmam que são necessários mecanismos para a consecução dos objetivos da governança corporativa, que são mitigar os problemas de agência.

De acordo com Lopes (2002, p. 61), “a governança corporativa tem sido apresentada como um importante fator sendo influenciado e influenciando a contabilidade” e “a relevância da informação emanada da contabilidade não pode ser avaliada completamente sem a consideração dos mecanismos de governança” (LOPES, 2002, p. 68).

Para Silveira (2002, p. 2), os mecanismos de governança podem ser divididos em dois grupos: internos e externos. Como exemplos de mecanismos internos de governança, o autor cita a atuação do conselho de administração, a remuneração dos gestores e, por fim, a posse de ações por parte dos executivos. Como mecanismos externos há obrigatoriedade da divulgação de informações periódicas sobre a companhia, a presença de um mercado de aquisição hostil e, por último, a existência de um mercado de trabalho competitivo.

Gillan (2006), a exemplo de Silveira (2002), também realiza a separação entre mecanismos externos e mecanismos internos. O conselho de administração, as políticas de incentivos aos gestores, a estrutura de capital da firma, os sistemas de controles internos e as cláusulas que inibem aquisições hostis são considerados pelo autor como mecanismos internos. Por outro lado, o ambiente legal, as formas de organização do mercado e a atuação de agentes externos de vigilância são considerados mecanismos externos de governança.

Conforme Dennis e McConnell (2003), os mecanismos internos mais estudados nos Estados Unidos são o conselho de administração e a estrutura de propriedade. Com relação aos

mecanismos externos, os autores afirmam que os mais estudados são a presença de um mercado de aquisição hostil e o sistema legal.

Ainda com relação aos mecanismos de governança, Becht *et al.* (2002) apontam cinco mecanismos para mitigar o problema de agência: concentração da propriedade em um ou alguns poucos grandes investidores; aquisições hostis; delegação e concentração do controle no conselho de administração; utilização de contratos de compensações para alinhar o interesse dos executivos ao dos acionistas; e clara definição de punições para os gestores que agirem indevidamente contra os interesses dos acionistas.

Por fim, Hennessey (2004) apresenta quatro mecanismos de governança corporativa para, segundo o autor, garantir que os gestores ajam de acordo com os objetivos dos acionistas: o conselho de administração; planos de incentivos para os gestores; mecanismos de mercado que alinham o interesse dos gestores e acionistas individuais; e aquisições hostis.

Em resumo, percebe-se que alguns autores dividem os mecanismos em dois grupos: mecanismos internos e externos. Por outro lado, outros autores tratam os mecanismos de forma genérica, ou seja, não os categorizam. Entretanto, independentemente desse fato, fica explícita a presença de mecanismos coincidentes entre os autores, principalmente quanto ao conselho de administração, os sistemas de controles internos e planos de incentivos. Outro ponto importante a ser ressaltado diz respeito à influência exercida pela empresa sobre os mecanismos internos, dado que os externos seriam função das condições do meio ao qual a empresa está submetida. Sendo assim, a influência da empresa estaria sobre os mecanismos internos de governança corporativa.

2.4 *Sarbanes & Oxley Act 2002*

Em resposta aos inúmeros escândalos financeiros ocorridos no mercado americano no final do século XX e início do século XXI, que afetaram significativamente e de forma negativa a economia de diversos países, o governo americano promulgou em 2002 a Lei *Sarbanes & Oxley*.

A SOX foi concebida objetivando restaurar a confiança dos mercados, através de mecanismos que assegurem a responsabilidade da alta administração da companhia quanto à confiabilidade da informação por ela fornecida e para dar maiores poderes ao órgão regulamentador, *Securities and Exchange Commission* (SEC), para que exercesse a regulamentação, fiscalização e também a punição dos agentes do mercado mobiliário americano. Essa lei influenciou não somente o mercado americano como também diversos mercados pelo mundo. Sua implementação foi bastante custosa e apresentou diversas dificuldades em função das exigências e prazos impostos (OLIVEIRA; LINHARES, 2006).

A SOX apresenta conceitos de governança corporativa, gestão empresarial, controles internos, aspectos jurídicos e regulamentares de *compliance*⁵. Em diversas seções faz referências explícitas a mecanismos de melhores práticas de governança e de implementação de controles.

Segundo Peters (2007), a governança é notada no texto da lei, principalmente no destaque que a norma deu a responsabilidade de prestação de contas por parte dos gestores, que vai desde a confecção de relatórios atendendo a boas práticas, passando pela forma de elaboração e o conteúdo econômico-financeiro das operações até atingir os riscos de conformidade de leis, regulamentos e operações.

Entre as inúmeras exigências impostas está o fortalecimento do comitê de auditoria, um órgão corporativo já existente nas empresas americanas, que foi tratado especificamente na seção 301, estabelecendo novas responsabilidades e formas mais rígidas de atuação deste órgão para as empresas listadas nas bolsas de valores norte-americanas, objetivando que sejam mais eficazes nos seus processos operacionais.

Neste contexto, a atuação do comitê de auditoria foi considerada um dos pilares da reconstrução da credibilidade dos investidores nas demonstrações contábeis e demais informações sobre desempenho operacional fornecidas pelas companhias de capital aberto ao mercado.

⁵ *Compliance* – observância e aderência as normas, legais e regulamentares.

De acordo com a SOX, o comitê de auditoria é definido como “um comitê (ou um órgão) estabelecido pelo e entre os membros do conselho de administração, com o objetivo de supervisionar os processos de emissão e apresentação de relatórios contábeis e financeiros assim como das auditorias de seus relatórios financeiros”. Com esta lei, as responsabilidades e a autoridade do comitê de auditoria foram ampliadas.

A seção 301 da SOX determina que as companhias listadas nas bolsas norte-americanas devem possuir um comitê de auditoria que atenda às seguintes características:

- cada membro do comitê de auditoria deve ser membro do conselho de administração e deve ser considerado independente de acordo com critérios previamente estabelecidos na Regra 10-A;
- o comitê de auditoria deve ser diretamente responsável pela indicação, remuneração, contratação e supervisão do trabalho de qualquer firma de auditoria independente contratada com o objetivo de preparar e emitir relatórios de auditoria ou de prestação de qualquer outro serviço de revisão contábil ou certificação. A auditoria independente deverá reportar-se diretamente ao comitê de auditoria;
- o comitê de auditoria deve estabelecer procedimentos para o recebimento, a retenção e o tratamento de reclamações encaminhada por funcionários da companhia ou terceiros em relação a assuntos de contabilidade, controles contábeis internos e auditoria, inclusive procedimentos de encaminhamento de assuntos confidenciais e denúncias anônimas pelos funcionários da companhia a respeito de práticas contábeis duvidosas;
- o comitê de auditoria deve ter autoridade para contratar prestadores de serviços de auditoria, jurídicos ou de consultoria que julgarem necessário para o cumprimento de suas atribuições; e
- o emissor deverá prover o comitê de auditoria com um orçamento apropriado.

Outra exigência prevista é a necessidade de independência técnica, econômica e de vínculos com os acionistas e com a companhia, o que pode ser verificado no seguinte trecho extraído da SOX:

(3) INDEPENDENCE –

- (A) IN GENERAL - Each member of the audit committee of the issuer shall be a member of the board of directors of the issuer, and shall otherwise be independent.*
- (B) CRITERIA - In order to be considered to be independent for purposes of this paragraph, a member of an audit committee of an issuer may not, other than in his or her capacity as a member of the audit committee, the board of directors, or any other board committee:*
 - (i) accept any consulting, advisory, or other compensatory fee from the issuer; or*
 - (ii) be an affiliated person of the issuer or any subsidiary thereof.*
- (C) EXEMPTION AUTHORITY - The Commission may exempt from the requirements of subparagraph (B) a particular relationship with respect to audit committee members, as the Commission determines appropriate in light of the circumstances⁶.*

A SOX preza em garantir a independência de atitude dos conselheiros, exigindo a divulgação, nas notas explicativas às demonstrações financeiras, dos critérios de seleção da escolha destes profissionais. Determina também que todos os membros devem ser independentes, sendo, inclusive, vedado:

⁶ (3) INDEPENDÊNCIA -

- (A) PRINCÍPIO GERAL – Cada membro do comitê de auditoria do emissor deve ser também membro do seu conselho de administração, e ser independente.
- (B) CRITÉRIO – Para ser considerado independente para os propósitos deste parágrafo, um membro do comitê de auditoria do emissor não deve, a não ser por sua competência como membro do comitê de auditoria, do conselho de administração, ou qualquer outro comitê do conselho:
 - (i) aceitar qualquer outra remuneração da empresa emissora por consultorias; ou
 - (ii) ser de uma empresa ou organização relacionada por vínculos de propriedade à empresa emissora.
- (C) DIREITO DE DAR ISENÇÃO – A Comissão pode isentar das exigências do subparagrafo (B) um relacionamento em particular relacionado com os membros do comitê de auditoria, caso a Comissão resolva apropriado a luz das circunstâncias. (Tradução Livre)

- a. a aceitação de qualquer remuneração direta ou indireta, recebida da companhia, em decorrência dos serviços prestados que não os decorrentes de sua atuação como membro do conselho de administração ou do comitê de auditoria;
- b. participação de acionistas diretos; e
- c. a atuação destes como representantes dos interesses dos acionistas controladores.

Verifica-se que, obteve-se a independência de seus membros em função do fato de também serem membros do conselho de administração e não estarem diretamente relacionados com os atos da administração, estando assim isentos na condução de suas tarefas.

2.5 Conselho de Administração

O conselho de administração tem um papel fundamental na governança corporativa das empresas, sendo o principal mecanismo interno para a diminuição dos custos de agência entre acionistas e gestores no caso norte-americano e entre acionistas controladores e acionistas minoritários no caso brasileiro.

O artigo 138 da Lei 6.404/76 determina que o conselho de administração seja um órgão obrigatório para as companhias abertas e as de capital autorizado. Estabelece também, em seu artigo 140, que será composto por, no mínimo, três membros eleitos pela assembleia-geral e que podem ser por ela destituídos a qualquer tempo, devendo o estatuto estabelecer o número de conselheiros, ou o máximo e mínimo permitidos. O prazo de gestão não poderá ser superior a três anos, sendo permitida a reeleição.

O cargo de membro do conselho de administração é privativo de acionista (Lei nº 6.404/76, art. 146), sendo que em sua constituição existem representantes dos proprietários controladores e minoritários, conselheiros externos independentes e representantes de outras partes interessadas previstas no estatuto (Lei nº 6.404/76, art. 140). As principais atribuições do conselho são:

- Fixar a orientação geral dos negócios da companhia;
- Eleger e destituir os diretores da companhia e fixar-lhes as atribuições;
- Fiscalizar a gestão dos diretores;
- Examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia;
- Convocar a assembléia-geral quando julgar conveniente;
- Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria;
- Manifestar-se previamente sobre atos ou contratos, quando o estatuto assim o exigir;
- Deliberar, quando autorizado pelo estatuto, sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição;
- Autorizar, se o estatuto não dispuser em contrário, a alienação de bens do ativo não-circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;
- Escolher e destituir os auditores independentes.

Na lei brasileira não existe menção sobre a necessidade de separação de funções entre o presidente do conselho de administração e o diretor executivo, sendo possível o acúmulo das duas funções.

Nesse ponto é que residem as críticas mais substantivas ao órgão, pois entre as principais práticas constantes da maioria dos códigos de governança, está a necessidade de uma participação ativa e independente do conselho de administração.

Para que não haja concentração de poder, em prejuízo de supervisão adequada da gestão, o IBGC (2009a, p. 35) recomenda evitar o acúmulo das funções de presidente do conselho com a de diretor executivo da empresa pela mesma pessoa. O IBGC recomenda também que o diretor executivo não seja membro do conselho de administração, no entanto recomenda que participe de suas reuniões como convidado.

Ao conselho de administração cabe, portanto, a função de controlar a alta gestão, ratificando as decisões importantes e monitorando a gestão.

No Brasil, Silveira (2002, p. 32) destaca que, como consequência da grande concentração de ações, os membros do conselho de administração são em sua grande maioria indicados pelos acionistas controladores. Essa situação reduz a possibilidade de uma postura ativa e independente, fundamental para o cumprimento de suas atribuições legais de fixação de orientação geral dos negócios e fiscalização da gestão dos executivos em prol de todos os acionistas.

Silveira (2002) em seu trabalho relacionou três variáveis de governança corporativa sobre o conselho de administração e o valor da empresa, (i) a presença de pessoas distintas ocupando os cargos de diretor executivo e presidente do conselho; (ii) o tamanho do conselho de administração; e (iii) a independência do conselho de administração. A variável “diretor executivo como presidente do conselho” foi a que apresentou o resultado mais importante, apresentando uma forte evidência de que, em média, empresas com pessoas distintas ocupando o cargo de diretor executivo e presidente do conselho obtiveram maior valor de mercado, o que corrobora a hipótese de que a adoção das recomendações do IBGC e da CVM de separação dos cargos de diretor executivo e presidente do conselho é saudável para as empresas.

2.5.1 Conselheiros Independentes

O conselheiro independente tem recebido muita atenção tanto no ambiente acadêmico quanto no corporativo das empresas, devido a sua associação a melhores práticas de Governança Corporativa. Para esta pesquisa foi adotado a definição contida no Código de Melhores

Práticas de Governança Corporativa do IBGC (2009a, p. 37), onde o conselheiro independente caracteriza-se por:

- Não ter qualquer vínculo com a organização, exceto participação não relevante no capital;
- Não ser sócio controlador, membro do grupo de controle ou de outro grupo com participação relevante, cônjuge ou parente até segundo grau destes, ou ligado a organizações relacionadas ao sócio controlador;
- Não ter sido empregado ou diretor da organização (ou de suas subsidiárias) há pelo menos, 3 (três) anos;
- Não ser ou ter sido, há menos de 3 (três) anos, conselheiro de organização controlada;
- Não estar fornecendo, comprando ou oferecendo (negociando), direta ou indiretamente, serviços e/ou produtos à organização em escala relevante para o conselheiro ou a organização;
- Não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum diretor ou gerente da organização;
- Não receber outra remuneração da organização, além dos honorários de conselheiro (dividendos oriundos de participação não relevante no capital estão excluídos desta restrição);
- Não ter sido sócio, nos últimos 3 (três) anos, de firma de auditoria que audite ou tenha auditado a organização neste mesmo período;

2.6 Comitês do Conselho

Diversas atividades de responsabilidade do conselho de administração, que demandam mais atenção e tempo para avaliação, nem sempre disponível nas reuniões, podem ser exercidas com mais profundidade por comitês específicos.

De acordo com o Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (2009a, p. 43), comitês são órgãos acessórios ao conselho de administração que estudam assuntos específicos de sua competência, preparam as propostas e o material necessário ao exame do conselho juntamente com a recomendação de voto. Sua existência não implica a delegação de responsabilidades, pois somente o conselho pode tomar decisões.

Segundo este mesmo órgão, preferencialmente, os comitês do conselho devem ser formados apenas por conselheiros. Na impossibilidade de atender esta recomendação, deve-se buscar compô-los de forma que sejam coordenados por um conselheiro, de preferência independente (sem funções executivas na empresa). Nos casos em que entre os conselheiros não haja especialista no tema a ser estudado, podem ser convidados especialistas externos.

Dentre os comitês que podem ser formados destacam-se o de Auditoria, de Recursos Humanos e Remuneração, de Governança, de Finanças, Gestão de Risco, de Sustentabilidade, entre outros.

O conselho de administração deve providenciar uma descrição formal das qualificações, do empenho e do compromisso de tempo que espera dos comitês. Conforme destaca o IBGC (2009a, p. 44), cada comitê deve adotar um regimento interno e ser composto por, no mínimo, três membros, todos com conhecimentos sobre o tópico em questão. De modo similar, todos os outros comitês devem contar com, ao menos, um especialista em seu respectivo tema.

2.7 Comitê de Auditoria

Desde os escândalos financeiros protagonizados pela *Enron* e *WorldCom*, nos Estados Unidos, o comitê de auditoria ganhou destaque de diversos órgãos reguladores.

O Comitê de Auditoria é uma das fontes mais importantes de controle dentro da atual estrutura de governança das organizações e tem a importante função de detectar e prevenir a organização sobre os riscos aos quais ela está sujeita. É um dos comitês de apoio ao conselho de administração de uma sociedade por ações e podem ser constituídos pelo conselho visando apoiá-lo em suas atividades, facilitar a compreensão e o aprofundamento de temas empresariais e cooperar com a interlocução entre conselheiros e executivos.

Dada a grande possibilidade de conflitos de interesses, o comitê de auditoria deve ser formado exclusivamente por membros independentes do conselho de administração (IBGC, 2009a, p. 44). É responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação das informações financeiras, integridade dos sistemas de controles internos, pela supervisão das atividades da auditoria interna e o elo de comunicação com os auditores independentes. Sua missão é a de proteger não apenas o interesse dos acionistas, mas também as demais partes interessadas.

O desempenho das atividades do comitê de auditoria está intimamente relacionado à indicação de seus membros. Devido às especificidades de suas atribuições, os conselheiros que compõem o comitê de auditoria devem ter comprovados conhecimentos nas áreas de Contabilidade, Auditoria e Finanças (especialmente princípios contábeis, controles internos sobre demonstrações financeiras e procedimentos usuais de auditoria), além de reunir experiência em Gestão de Riscos de Negócios (IBGC, 2009b, p. 19).

Portanto, para o bom desempenho de suas atividades, quanto maior for a qualificação e a experiência de seus membros, mais significativa será a contribuição dada pelo comitê. Desta forma, faz-se necessário que seus membros possuam algumas características inerentes ao cargo que irão exercer, tais como: julgamento independente, compromisso de confidencialidade acerca das deliberações do comitê, renúncia dos próprios interesses em prol das atividades da empresa, conhecimento do negócio, dos riscos e controles da empresa, além de apresentar habilidade na leitura e interpretação das demonstrações financeiras.

Para as empresas listadas nas bolsas norte-americanas, independentemente da alternativa escolhida quanto ao estabelecimento do comitê de auditoria ou do conselho fiscal, faz-se

necessária a divulgação no relatório anual, da existência ou não de, no mínimo, um especialista financeiro, que deve satisfazer os seguintes critérios:

- Conhecer em profundidade as atribuições e o funcionamento do comitê de auditoria;
- Conhecer os princípios contábeis utilizados nas demonstrações financeiras primárias⁷ da companhia;
- Possuir habilidade de aplicar tais princípios relativamente às estimativas contábeis, reconhecimento de receitas e despesas e constituição de reservas;
- Possuir experiência: (a) na elaboração, auditoria, análise ou avaliação de demonstrações financeiras que possuam abrangência e nível de complexidade compatível com as da companhia, ou (b) em supervisionar, ativamente, uma ou mais pessoas que desempenhem tais atividades;
- Compreender os procedimentos de controles internos utilizados na elaboração dos relatórios financeiros.

O comitê de auditoria é um órgão que recebeu atenção especial de vários organismos reguladores tanto no Brasil como em outros países, relacionando-o com a qualidade e confiabilidade das demonstrações contábeis devido a sua característica de ser capaz de opinar de forma isenta e independente sobre diversos elementos de controle da empresa.

Portanto, essencial para o exercício pleno de suas atividades é a sua independência. Com a finalidade de manter sua independência, seus membros não devem receber qualquer outro tipo de remuneração da organização ou de suas ligadas que não seja aquela relativa à sua função de conselheiro e de integrante do comitê de auditoria.

No Brasil, o Conselho Monetário Nacional estabeleceu a obrigatoriedade do comitê de auditoria para as instituições financeiras, e seu pleno funcionamento deu-se a partir de julho de 2004. Seguindo o mesmo caminho, também em 2004 o Conselho Nacional de Seguros

⁷ Demonstrações financeiras primárias são aquelas publicadas no país de origem da empresa listada.

Privados estabeleceu a obrigatoriedade do comitê de auditoria para as sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar. Sua adoção vem sendo incentivada por meio de iniciativas apoiadas por organismos governamentais e institucionais como a Comissão de Valores Mobiliários, pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo, entre outras, que consideram o aprimoramento das práticas de governança algo fundamental para o desenvolvimento do mercado brasileiro.

Objetivando dar maior qualidade aos aspectos financeiros da governança corporativa das empresas, muitas delas têm adotado o comitê de auditoria como parte de sua estrutura de governança.

Um comitê de auditoria atuante permite que a companhia tenha uma função de supervisão mais ativa, o que contribui para assegurar que os sistemas de controles internos funcionarão de forma efetiva.

Essa funcionalidade efetiva é requerida na seção 404 da SOX, ao exigir que, anualmente, cada companhia deverá divulgar um relatório sobre a eficácia dos controles internos que assegurem sua capacidade de coletar as informações necessárias para a confecção dos relatórios a serem arquivados junto à SEC.

Referido relatório visa determinar a responsabilidade da administração por estabelecer e manter esses controles, identificar o padrão de análise usado pela administração para a avaliação da efetividade dos controles, conter uma avaliação da efetividade dos controles internos relacionados na data-base de emissão do parecer de auditoria e incluir o relatório de atestação do auditor independente sobre a declaração da administração, como parte integrante da auditoria. A ausência ou atuação ineficaz do comitê de auditoria é considerada uma falha a ser apontada no parecer do auditor independente.

O comitê de auditoria, em nome do conselho de administração, assegura a integridade dos relatórios financeiros por meio da supervisão dos controles internos inerentes e do processo de preparação e divulgação desses relatórios.

A seção 302 da SOX trata da responsabilidade corporativa com os relatórios financeiros, onde determina que o principal executivo da companhia e o diretor financeiro, ou pessoas com funções similares, devem reportar aos auditores e ao comitê de auditoria todas as deficiências no desenho e operação dos sistemas de controles internos que podem afetar adversamente a habilidade da companhia em registrar, processar, resumir e relatar os dados financeiros; os pontos fracos dos controles internos; e fraude, relevante ou não, que envolva a administração ou outros empregados com funções significativas nos controles internos da companhia. Nesse mesmo aspecto, a seção 407 exige que a companhia divulgue o especialista financeiro do comitê de auditoria com capacidades para desempenhar suas funções.

De acordo com a SOX, a seção 301 dispõe que são os membros independentes do conselho de administração que devem compor o comitê de auditoria.

O Comitê de Auditoria deve ser permanente e reunir-se aos menos quatro vezes por ano. Tem como principais competências assistir ao conselho de administração em suas responsabilidades de fiscalizar os atos da diretoria relacionados à elaboração e à qualidade das demonstrações financeiras, assim como avaliar a apresentação de relatórios financeiros, inclusive quanto à escolha ou mudança de práticas contábeis.

A seção 301 da SOX dispõe que cumpre ao comitê de auditoria avaliar a contratação e remuneração dos auditores independentes e acompanhar os seus trabalhos; analisar os desacordos entre a administração e os auditores; analisar o processo de gestão de risco e de controles internos; acompanhar o trabalho da auditoria interna; pré-aprovar os serviços de auditoria. Nesta mesma seção verifica-se também que cabe ao comitê de auditoria criar procedimentos para receber, processar e tratar denúncias, anônimas ou não, relativas a questões contábeis, de controle interno e de auditoria; e garantir a apresentação confidencial e anônima pelos empregados, relativas às reclamações questionáveis de contabilidade e auditoria.

No Brasil, os trabalhos acadêmicos sobre comitê de auditoria são ainda escassos. Almeida (2008) em seu estudo compara a atuação dos comitês de auditoria e conselhos fiscais nas empresas brasileiras sujeitas a SEC. Buscou-se identificar as atribuições impostas ao comitê de auditoria, bem como a aderência dessas atribuições nos regimentos internos desses dois

órgãos. Os resultados comprovaram que as atribuições para os comitês de auditoria e conselhos fiscais não são homogêneas.

Santos (2009) em seu estudo sobre a divulgação de informações das empresas brasileiras a respeito do comitê de auditoria concluiu que o grau de evidenciação sobre esses organismos não permite uma visualização efetiva sobre suas atividades.

2.7.1 O Comitê de Auditoria para Instituições Financeiras no Brasil

Objetivando uma maior solidez e transparência do Sistema Financeiro Nacional (SFN), as instituições financeiras são rigorosamente reguladas pelo Conselho Monetário Nacional e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil por meio da publicação e adoção de regras de constituição e funcionamento.

Em 2004, a Resolução nº 3.198 do CMN impôs a constituição e o funcionamento do comitê de auditoria nas instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e para as câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação.

Em relação à constituição do comitê de auditoria, o artigo 10 traz a seguinte redação:

Art. 10. Devem constituir órgão estatutário denominado comitê de auditoria as instituições referidas no art. 1º, inciso I, alínea "a", que tenham apresentado no encerramento dos dois últimos exercícios sociais:

- I. Patrimônio de Referência (PR) igual ou superior a R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais); ou
- II. administração de recursos de terceiros em montante igual ou superior a R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais); ou

- III. somatório das captações de depósitos e de administração de recursos de terceiros em montante igual ou superior a R\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais).

Portanto as instituições financeiras no Brasil possuem o comitê de auditoria devido à exigência legal. De acordo com esta resolução, o comitê é órgão estatutário obrigatório para instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, devendo reportar-se diretamente ao conselho de administração ou, na sua inexistência, à diretoria da instituição.

Fundamental para o absoluto exercício de suas atividades é a sua independência. Quanto à sua independência, a Resolução nº. 3.198/04 do CMN estabeleceu em seu artigo 13 algumas condições básicas para instituições com ações negociadas em bolsa e, também, instituições de capital fechado cujo controle seja detido pela União, estados ou Distrito Federal, como forma de garantir a independência do profissional em exercício de cargo restrito aos órgãos estatutários de instituições financeiras, a saber:

- a. não ser, ou ter sido nos últimos doze meses:
 - I. diretor da instituição ou de suas ligadas;
 - II. funcionário da instituição ou de suas ligadas;
 - III. responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na instituição;
 - IV. membro do conselho fiscal da instituição ou de suas ligadas;
- b. não ser cônjuge, ou parente em linha reta, em linha colateral ou por afinidade, até o segundo grau das pessoas referidas na alínea "a", itens 1 e 3;

- c. não receber qualquer outro tipo de remuneração da instituição ou de suas ligadas que não seja aquela relativa à sua função de integrante do comitê de auditoria.

No que tange, ainda, às instituições financeiras com capital fechado cujo controle seja detido pela União, estados ou Distrito Federal, são também condições básicas para garantir a independência do profissional que atua no comitê:

- I. não ser ocupante de cargo efetivo licenciado no âmbito dos respectivos governos;
- II. não ser, ou ter sido nos últimos doze meses, ocupante de cargo efetivo ou função no âmbito dos respectivos governos.

A independência abordada pela Resolução nº 3.198/04 do CMN é consolidada a partir do cumprimento das regulamentações impostas ao comitê de auditoria, na restrição dada aos relacionamentos familiares, na desvinculação de funções executivas ou gerenciais e na restrição a qualquer outro tipo de remuneração adicional à função de membro do comitê, dentre outras. A inobservância desses princípios básicos pode vir a comprometer a imagem e os interesses da empresa junto aos acionistas, depositantes e principalmente, junto ao mercado de capitais.

O desempenho das atividades do comitê de auditoria está intimamente relacionado à indicação de seus membros. A Resolução nº 3.198/04 do CMN em seu artigo 12 também regulamenta sua composição, determinando que o comitê de auditoria seja composto por, no mínimo, três integrantes, observado que para as instituições com ações negociadas em bolsa de valores, o mandato não pode exceder a cinco anos, enquanto que para as instituições de capital fechado não há mandato fixo. Seus integrantes devem ser homologados pelo Banco Central.

Quanto à qualificação e a experiência de seus membros, a resolução em seu artigo 12 diz que “pelo menos um dos integrantes do comitê de auditoria deve possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria que o qualifiquem para a função”.

Em sua constituição, é permitido às instituições de capital aberto que os membros do comitê sejam integrantes do conselho de administração, enquanto que para as de capital fechado exige-se que de seu quadro façam parte os diretores da instituição.

Nesse ponto é que residem as principais críticas aos comitês de auditoria das instituições financeiras, pois o espírito da sua constituição está exatamente na possibilidade de criação de um órgão independente da estrutura organizacional, com atuação de forma imparcial. No caso das instituições financeiras de capital fechado, verifica-se claro conflito de interesse ao se exigir que o comitê seja também composto por diretores da instituição.

É importante ressaltar que o fator tempo é preponderante para um melhor desempenho de todas as funções desempenhadas pelo comitê. É preciso certo período para entender todos os negócios da empresa. A melhor forma para conhecer a instituição é pelos processos e este, facilita a visão do negócio, ou seja, os membros devem entender das relações comerciais do banco, caso contrário, apresentarão dificuldades em perceber os riscos presentes nas estratégias de negócios e para avaliar a qualidade dos controles.

2.7.1.1 Atribuições do Comitê de Auditoria para Instituições Financeiras no Brasil

A importância do comitê de auditoria está relacionada com a necessidade de a empresa demonstrar transparência ao mercado por meio dos atos praticados pela administração.

A Resolução nº 3.198 do CMN em seu artigo 15 relaciona as seguintes atribuições para o comitê de auditoria:

- I. estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo conselho de administração ou, na sua inexistência, pela diretoria da instituição, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas ou cotistas;

- II. recomendar, à administração da instituição, a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário;
- III. revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- IV. avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à instituição, além de regulamentos e códigos internos;
- V. avaliar o cumprimento, pela administração da instituição, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos;
- VI. estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à instituição, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- VII. recomendar, à diretoria da instituição, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- VIII. reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a diretoria da instituição, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros;
- IX. verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela diretoria da instituição;

- X. reunir-se com o conselho fiscal e conselho de administração, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;
- XI. outras atribuições determinadas pelo Banco Central do Brasil.

O comitê de auditoria pode, no âmbito de suas atribuições, utilizar-se do trabalho de especialistas, no entanto, a utilização do trabalho de especialistas não o exime de suas responsabilidades.

Esta resolução determina também que o comitê de auditoria deve elaborar, ao final de cada semestre, um documento denominado Relatório do Comitê de Auditoria e mantê-lo a disposição do Banco Central e do conselho de administração da instituição pelo prazo mínimo de cinco anos. Este relatório deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I. atividades exercidas no âmbito de suas atribuições, no período;
- II. avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno da instituição, com ênfase no cumprimento do disposto na Resolução 2.554, de 24 de setembro de 1998, e com evidenciação das deficiências detectadas;
- III. descrição das recomendações apresentadas à diretoria, com evidenciação daquelas não acatadas e respectivas justificativas;
- IV. avaliação da efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à instituição, além de regulamentos e códigos internos, com evidenciação das deficiências detectadas;
- V. avaliação da qualidade das demonstrações contábeis relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis

adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo Banco Central do Brasil, com evidenciação das deficiências detectadas.

O comitê de auditoria deve publicar, em conjunto com as demonstrações contábeis semestrais, resumo do relatório do comitê de auditoria, cujo o conteúdo está definido no artigo 17 da Resolução nº 3.198.

2.7.2 O Comitê de Auditoria nas sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar

A exemplo do Conselho Monetário Nacional, o Conselho Nacional de Seguros Privados, através da Resolução Nº 118 impôs a constituição e o funcionamento do comitê de auditoria para as sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar. Em relação à sua constituição, o artigo 12 traz a seguinte redação:

Art. 12. Devem constituir órgão estatutário, denominado Comitê de Auditoria, as sociedades supervisionadas referidas no art. 1º, que tenham apresentado no encerramento dos dois últimos exercícios sociais, no mínimo, uma das condições abaixo:

- I. Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais); ou
- II. Provisões Técnicas em montante igual ou superior a R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais).

Sendo assim, as sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar possuem o comitê de auditoria também por força de exigência legal. Segundo esta resolução, o comitê é órgão estatutário obrigatório devendo reportar-se diretamente ao conselho de administração da sociedade supervisionada ou da instituição líder do conglomerado, conforme o caso, e na sua inexistência, à presidência ou ao diretor-presidente e à assembléia de acionistas da sociedade supervisionada.

Fato importante é que as sociedades supervisionadas integrantes de conglomerados financeiros podem constituir comitê de auditoria único, constituído na instituição líder do conglomerado, para o cumprimento das atribuições e responsabilidades previstas nesta resolução.

Em relação à sua independência, a resolução estabeleceu em seu artigo 15 algumas condições básicas como forma de garantir a independência do profissional em exercício de integrante do comitê de auditoria, a saber:

§ 1º Não ser ou ter sido nos últimos 12 (doze) meses:

- I. diretor da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas à coligada;
- II. funcionário da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas à coligada;
- III. responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na sociedade supervisionada; e
- IV. membro do conselho fiscal da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas à coligada.

§ 2º Não ser cônjuge ou parente em linha reta, em linha colateral e por afinidade, até o segundo grau, das pessoas referidas nos incisos I a IV do parágrafo anterior.

§ 3º Não receber qualquer outro tipo de remuneração da sociedade supervisionada ou de suas controladas, coligadas ou equiparadas à coligada, que não seja aquela relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria.

No que tange, ainda, às sociedades supervisionadas cujo controle seja detido pela União, Estados ou Distrito Federal, são também condições básicas para garantir a independência do profissional que atua no comitê:

- I. não ser ocupante de cargo efetivo licenciado no âmbito dos respectivos governos; e
- II. não ser, ou ter sido nos últimos doze meses, ocupante de cargo efetivo ou função no âmbito dos respectivos governos.

A exemplo das instituições financeiras, a independência dos membros do comitê também foi abordada pela Resolução nº 118 do CNSP, trazendo as mesmas exigências para as sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar.

A Resolução em seu artigo 13 também regulamenta sua composição, determinando que o comitê de auditoria seja composto por, no mínimo, três integrantes, observado que o mandato máximo não pode exceder a cinco anos. Também em seu artigo 13, a resolução diz que “pelo menos um dos integrantes do comitê de auditoria deve possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria que o qualifiquem para a função”.

2.7.2.1 Atribuições do Comitê de Auditoria nas sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar

A Resolução nº 118 do CNSP em seu artigo 17 relaciona as seguintes atribuições para o comitê de auditoria:

- I. estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração ou, na sua inexistência, pelo presidente ou diretor presidente da sociedade supervisionada ou pelo Conselho de Administração da instituição líder do conglomerado, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas, por ocasião da Assembléia Geral Ordinária;

- II. recomendar, à administração da sociedade supervisionada, a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário;
- III. revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis referentes aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;
- IV. avaliar a efetividade das auditorias, independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à sociedade supervisionada, além de regulamentos e códigos internos;
- V. avaliar o cumprimento ou a justificativa para o descumprimento, pela administração da sociedade supervisionada, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou auditores internos;
- VI. estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à sociedade supervisionada, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- VII. recomendar, à presidência ou ao diretor-presidente da sociedade supervisionada ou à diretoria da instituição líder do conglomerado, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;
- VIII. reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a presidência ou diretor-presidente da sociedade supervisionada ou diretoria da instituição líder do conglomerado e os responsáveis, tanto pela auditoria independente, como pela auditoria interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos

trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros;

- IX. verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso VIII, o cumprimento de suas recomendações pela diretoria da sociedade supervisionada;
- X. reunir-se com o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração da sociedade supervisionada ou da instituição líder do conglomerado, tanto por solicitação dos mesmos, como por iniciativa do Comitê, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; e
- XI. outras atribuições determinadas pela SUSEP.

O comitê de auditoria pode, no âmbito de suas atribuições, utilizar-se do trabalho de especialistas, no entanto, a utilização do trabalho de especialistas não o exime de suas responsabilidades.

Esta resolução determina também que o comitê de auditoria deve elaborar, ao final de cada semestre, um documento denominado Relatório do Comitê de Auditoria e mantê-lo à disposição da SUSEP e do conselho de administração ou, na sua inexistência, à presidência ou ao diretor-presidente da sociedade supervisionada ou ao Conselho de Administração da instituição líder do conglomerado pelo prazo mínimo de cinco anos. Este relatório deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I. atividades exercidas no âmbito de suas atribuições, no período;
- II. avaliação da efetividade dos controles internos da sociedade supervisionada com evidenciação das deficiências detectadas;
- III. descrição das recomendações apresentadas à presidência ou ao diretor-presidente, com descrição daquelas não acatadas e respectivas justificativas;

- IV. avaliação da efetividade da auditoria independente e da auditoria interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à sociedade supervisionada, além de regulamentos e códigos internos, com evidenciação das deficiências detectadas; e
- V. avaliação da qualidade das demonstrações contábeis relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo CNSP e SUSEP, com evidenciação das deficiências detectadas.

O comitê de auditoria deve publicar, em conjunto com as demonstrações contábeis semestrais da sociedade supervisionada ou da instituição líder do conglomerado, resumo do relatório do comitê de auditoria, evidenciando as principais informações contidas naquele documento.

2.8 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é parte integrante da estrutura de governança das empresas brasileiras. Previsto na legislação societária, considerando as prerrogativas que lhe foram conferidas por determinação legal, é um órgão independente, encarregado de fiscalizar os atos dos administradores (Artigo 163 da Lei 6.404/76), verificando se estão em linha com os interesses dos acionistas.

No Brasil, o conselho fiscal é um órgão de existência obrigatória, mas de funcionamento não permanente, que tem como função fiscalizar os atos da administração, opinar sobre determinadas questões e posicionar os acionistas. Referido conselho já estava previsto na Lei nº 6.404 de 1976, em seu artigo 161, e foi ratificado também no novo Código Civil, em seu artigo 1.066. Sendo que as deliberações tanto da lei quanto do código são muito parecidas e/ou complementares.

A Lei nº 6.404/76 estabelece que quando instalado o conselho fiscal, este deve ser constituído por no mínimo três e no máximo cinco representantes, com igual número de suplentes, onde o princípio da representatividade de todos os sócios deve ser respeitado, mesmo em companhias

sem o controle definido. Quando o conselho fiscal não for permanente, este será instalado pela assembleia geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto, ou cinco por cento das ações sem direito a voto, sendo que cada período de funcionamento terminará na primeira assembleia geral ordinária após a sua instalação.

A legislação societária brasileira, pela Lei nº 6.404/76 em seu artigo 163, estabelece as atribuições do conselho fiscal:

- Fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- Opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia-geral;
- Opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia-geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- Denunciar aos órgãos de administração ou à assembleia-geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia;
- Convocar a assembleia-geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias;
- Analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia;

- Examinar e opinar sobre as demonstrações financeiras do exercício social;
- Exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

Em síntese, o conselho fiscal tem o poder de fiscalizar, de forma permanente ou a pedido dos acionistas na assembléia geral, os atos dos administradores da companhia, bem como do conselho de administração, e oferece sua opinião sobre os demonstrativos financeiros examinados pelo auditor externo, e para tanto, pode utilizar-se de outros especialistas (advogados, auditores, especialistas em impostos, recursos humanos, entre outros) pagos pela organização, para obter subsídios em matérias relevantes.

Para assegurar a eficiência do funcionamento do conselho fiscal, a legislação societária brasileira prevê requisitos de competência para provimento do cargo, cujo desempenho supõe conhecimentos técnicos ou experiência profissional.

O conselho fiscal não substitui o comitê de auditoria. Enquanto este é órgão de controle com funções delegadas pelo conselho de administração, aquele é instrumento de fiscalização com atribuições definidas diretamente pelos sócios e, por lei, não se subordina ao conselho de administração, qualidade fundamental que o diferencia do comitê de auditoria e justifica a sua existência. No entanto, quando ambos estão em funcionamento, é natural haver alguma superposição de funções. Nesta hipótese, os dois órgãos devem coordenar suas atividades, realizarem reuniões conjuntas e se necessário com a participação dos auditores independentes.

2.8.1 Conselho “Fiscal Turbinado”

O comitê de auditoria, por não estar previsto na legislação brasileira, fez com que a Comissão de Valores Mobiliários, com outros países que também não possuem esse órgão, negociasse com a *Securities and Exchange Commission*, a substituição do comitê de auditoria por órgãos com funções assemelhadas.

No Brasil, após entendimento com a CVM, a SEC entendeu que o conselho fiscal, por possuir independência em relação ao conselho de administração já que responde diretamente aos acionistas, poderia exercer as funções do comitê de auditoria, desde que algumas atribuições fossem a ele incorporadas. Situações similares a do Brasil são a da Itália e do Japão.

Com isso, as empresas brasileiras com listadas nas bolsas de valores norte-americanas por meio de *American Depositary Receipts* Níveis 2 e 3, portanto sujeitas à regulamentação da SEC, puderam decidir pela criação do comitê de auditoria ou pela utilização do conselho fiscal revestido de novas atribuições e responsabilidades, passando a ser conhecido como “Conselho Fiscal Turbinado⁸”.

O que não foi lembrado pela SEC foi o fato de que as atividades relacionadas à supervisão e aprovação dos trabalhos de auditoria independente e aprovação das demonstrações financeiras não podem ser incumbidas ao conselho fiscal, já que isso implicaria numa mudança da legislação societária brasileira, uma vez que referidas funções são prerrogativas do conselho de administração e diretoria, nos termos do artigo 142 da Lei nº 6.404/76.

Para fins de atendimento a SOX, algumas funções indelegáveis do conselho de administração ou da diretoria têm sido incluídas no estatuto social dessas empresas como atividades que devem ter a opinião do conselho fiscal, previamente à efetiva decisão, sendo exemplo a contratação de auditores independentes.

Segundo o IBGC (2009b, p. 17), em seu guia de orientação para as melhores práticas do comitê de auditoria, a eventual atuação do conselho fiscal no papel de comitê de auditoria aplica-se exclusivamente para fins das exigências instituídas perante a SEC para aquelas empresas que fizeram esta opção, sendo inadequado atribuir-se funções do comitê de auditoria ao conselho fiscal em qualquer outro âmbito.

Diante desse cenário, existem atualmente dois grupos de empresas brasileiras de capital aberto, não financeiras, listada nas bolsas norte-americanas: o primeiro grupo composto

⁸ O termo “Turbinado” incorporado ao Conselho Fiscal, foi convencionado pelo mercado como um jargão, motivado pela ampliação das funções e responsabilidades impostas ao Conselho Fiscal para que estivessem em condições de atender às determinações da SOX.

daquelas empresas que instituíram o comitê de auditoria e o segundo grupo, das que optaram por elevar as atribuições do conselho fiscal.

2.9 Auditoria Independente

O Código do IBGC sugere que toda empresa preocupada com a governança corporativa deve contar com os serviços de auditoria independente para opinar se as demonstrações financeiras refletem adequadamente a realidade da sociedade.

Ao divulgar seu parecer sobre as demonstrações financeiras, o auditor expressa suas conclusões sobre a empresa e, para tanto, tem de verificar fatores de ordem técnica, ética e legal, ou seja, a contribuição do auditor independente para atestar a qualidade dos controles internos é fundamental.

Almeida (2003, p. 64) declara que os controles contábeis são essenciais na verificação do auditor, mas que, evidentemente, qualquer controle administrativo também deve ser verificado se assim se fizer necessário, o que deixa claro a extensão dos trabalhos de auditoria em toda a organização.

Dada a importância do trabalho de auditoria independente para atestar aos acionistas e demais interessados, tais como fornecedores, analistas de mercado, funcionários, a veracidade das informações prestadas à sociedade, vários órgãos reguladores impuseram algumas regras para manter a sua independência e, por outro lado, manter a qualidade dos serviços desenvolvidos.

A respeito disso, a Lei *Sarbanes-Oxley* determinou e estabeleceu, por meio do *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB), alguns serviços que não podem ser desenvolvidos pela auditoria independente, evitando-se assim, a dependência da empresa auditada, tais como:

- Serviços de Contabilidade;
- Desenho e implantação do sistema financeiro interno;

- Serviços de avaliação ou valorização de ativos e passivos;
- Serviços atuariais;
- Terceirização de auditoria interna;
- Serviços de gerenciamento e de recursos humanos;
- Consultoria em investimentos;
- Consultoria em empréstimos bancários entre outros que possam ferir a independência.

Outra regra imposta pelo PCAOB é que a contratação da empresa de auditoria independente deve ser realizada pelo comitê de auditoria e qualquer outro serviço, relacionado ou não a auditoria, também deve ser aprovado por este comitê.

Contudo, ressalta-se que pelas normas brasileiras a escolha da auditoria independente é de competência exclusiva do conselho de administração, assim, na busca de atendimento a ambas às normas, as empresas brasileiras estabeleceram a indicação da auditoria independente pelo comitê de auditoria ao conselho de administração.

A SOX também determinou que o sócio principal encarregado pelos trabalhos da auditoria independente e o sócio responsável pela revisão sejam substituídos a cada cinco anos, estabelecendo-se dessa forma um rodízio de sócios.

Referindo-se à citada substituição do sócio-auditor, no Brasil, a Resolução CMN nº 3.198 determinava a substituição da empresa de auditoria a cada cinco anos para as instituições financeiras, da mesma forma que a CVM, por meio da Instrução CVM nº 308/99. Entretanto, a Resolução CMN nº 3.606, de setembro de 2008, suspendeu a substituição da empresa auditada pela substituição dos diretores, gerentes e supervisores que prestam serviços às empresas, enquanto a CVM manteve inalterada a sua instrução. Salienta-se que por meio da Deliberação nº 549/08, a CVM permitiu, exclusivamente às companhias abertas, manterem

seus auditores independentes atuais até o encerramento do exercício social de 2011. Ressalta-se sobre esse tema o trabalho de Oliveira e Santos (2007), o qual por meio de pesquisa qualitativa e questionário respondido por executivos e auditores concluiu que o rodízio de firmas de auditoria independente não tem capacidade de assegurar a independência do auditor e não diminui o risco de fraudes e de erros.

Importante ressaltar que o auditor independente deve reportar ao comitê de auditoria ou ao conselho de administração pontos relacionados às principais políticas contábeis, deficiências e/ou falhas significativas nos controles internos, tratamentos contábeis adotados, avaliação de riscos e análises de possibilidade de fraudes.

2.10 Níveis Diferenciados de Governança Corporativa e o Novo Mercado

Os mercados de capitais, nacional e internacional, têm exigido, de forma crescente, que as sociedades anônimas de capital aberto implementem boas práticas de governança corporativa.

No Brasil, entre as principais iniciativas de estímulo e aperfeiçoamento do modelo de governança corporativa das empresas destaca-se a criação, em dezembro de 2000, do “Novo Mercado” e dos “Níveis Diferenciados de Governança Corporativa I e II” pela Bolsa de Valores de São Paulo, novos segmentos de negociação de ações, com o objetivo de incentivar e preparar, gradativamente, as companhias abertas brasileiras a adotarem boas práticas de governança corporativa, proporcionando maior destaque aos esforços da empresa na melhoria da relação com investidores, elevando o potencial de valorização dos seus ativos.

Os níveis diferenciados de governança corporativa (Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado) são segmentos especiais de listagem de ações na Bolsa de Valores de São Paulo nos quais se encontram empresas que se propõem a adotar melhores práticas de governança corporativa, respeitando uma série de exigências compatíveis com cada nível.

Nesses segmentos diferenciados as empresas se comprometem, voluntariamente, com a prestação de informações que facilitem o acompanhamento e fiscalização das ações da

administração e dos controladores da companhia, além de adotar regras societárias que visem equilibrar os direitos de todos acionistas, sejam eles controladores ou investidores.

No Brasil, uma parte significativa das companhias abertas tem se empenhado em melhorar suas práticas de governança e de transparência. A adesão aos Níveis Diferenciados de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA representa um esforço da empresa na melhoria da relação com os investidores, o que eleva o potencial de valorização dos seus ativos.

A BM&FBOVESPA define governança corporativa como um conjunto de normas de conduta para empresas, administradores e controladores consideradas importantes para a valorização das ações e outros ativos emitidos pela companhia. A adesão a essas práticas distingue a companhia como Nível 1, Nível 2 ou Novo Mercado, dependendo do grau de compromisso assumido pela empresa.

A partir de 2002, com a publicação da Resolução do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA nº 282/02, a companhia que pedir seu registro na bolsa de valores para distribuição pública, primária ou secundária de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição de emissão da companhia junto à CVM, deverá aderir, no mínimo ao Nível 1 das práticas diferenciadas de governança corporativa.

As exigências para a inserção nos níveis diferenciados de governança da BM&FBOVESPA são apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Exigências para os Níveis de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA

NÍVEL DE GOVERNANÇA		REQUISITOS PARA ADESAO AOS NÍVEIS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DA BM&FBOVESPA
NOVO MERCADO	NÍVEL 1	<p>Manutenção em circulação de uma parcela mínima de ações, representando 25% (vinte e cinco por cento) do capital social da companhia;</p> <p>Quando da realização de distribuições públicas de ações, adoção de mecanismos que favoreçam a dispersão do capital;</p> <p>Melhoria nas informações prestadas, adicionando às Informações Trimestrais (ITRs), entre outras as demonstrações financeiras consolidadas;</p> <p>Melhoria nas informações prestadas, adicionando às Informações Anuais (IANs), entre outras: a quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da companhia detidos pelos grupos de acionistas do Conselho Fiscal, bem como a evolução dessas posições;</p> <p>Realização de reuniões públicas com analistas e investidores, ao menos uma vez por ano;</p> <p>Apresentação de um calendário anual, do qual conste a programação dos eventos corporativos, tais como assembléias, divulgação de resultados etc;</p> <p>Divulgação dos termos dos contratos firmados entre a companhia e partes relacionadas;</p> <p>Divulgação, em bases mensais, das negociações de valores mobiliários e derivativos de emissão da companhia por parte dos acionistas controladores.</p>
	NÍVEL 2	<p>Conselho de Administração com mínimo de 5 (cinco) membros e mandato unificado de até 2 (dois) anos, permitida a reeleição. No mínimo, 20% (vinte por cento) dos membros deverão ser conselheiros independentes;</p> <p>Divulgação de demonstrações financeiras de acordo com padrões internacionais IFRS ou US GAAP;</p> <p>Extensão para todos os acionistas detentores de ações ordinárias das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da venda do controle da companhia e de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) deste valor para os detentores de ações preferenciais (tag along);</p> <p>Direito de voto às ações preferenciais em algumas matérias, tais como, transformação, incorporação, fusão ou cisão da companhia e aprovação de contratos entre a companhia e empresas do mesmo grupo sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em assembléia geral;</p> <p>Realização de uma oferta pública de aquisição de todas as ações em circulação, no mínimo, pelo valor econômico, nas hipóteses de fechamento do capital ou cancelamento do registro de negociação neste Nível;</p> <p>Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado para resolução de conflitos societários.</p> <p>Capital Social da Companhia seja composto somente por ações ordinárias</p>

Fonte: Website BM&FBOVESPA – www.bovespa.com.br. Acesso em: 16/04/2010.

Ressalta-se que as Companhias Nível 1 se comprometem, principalmente, com melhorias na prestação de informações ao mercado e com a liquidez e dispersão acionária, não caracterizando propriamente como melhorias de governança corporativa, já que não exigem mudanças estruturais da companhia no tratamento com seus acionistas minoritários. As Companhias Nível 2 se comprometem a cumprir as regras aplicáveis ao Nível 1 e, adicionalmente, um conjunto mais amplo de práticas de governança corporativa como a adesão à Câmara de Arbitragem para a resolução de conflitos societários e o estabelecimento de *tag along*⁹ de 100% para os acionistas ordinários e de 80% para os preferencialistas, o que constitui um real avanço para as práticas de governança corporativa das empresas.

⁹ O *tag along* consiste no direito de o acionista minoritário receber, no mínimo, um determinado percentual estabelecido do valor pago pelas ações dos controladores em caso de alienação do bloco de controle.

Já o Novo Mercado é um segmento de listagem destinado à negociação de ações emitidas por empresas que se comprometem, voluntariamente, com a adoção de práticas de governança corporativa e divulgação de informações (*disclosure*¹⁰) adicionais em relação ao que é exigido pela legislação.

A valorização e a liquidez das ações são influenciadas positivamente pelo grau de segurança que os direitos concedidos aos acionistas oferecem e pela qualidade das informações prestadas pelas empresas. Essa é a premissa básica do Novo Mercado.

A entrada de uma companhia no Novo Mercado ocorre por meio da assinatura de um contrato e implica a adesão a um conjunto de regras societárias, genericamente chamadas de "boas práticas de governança corporativa", mais exigentes do que as presentes na legislação brasileira. Essas regras, consolidadas no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, ampliam os direitos dos acionistas, melhoram a qualidade das informações usualmente prestadas pelas companhias, bem como a dispersão acionária e, ao determinar a resolução dos conflitos societários por meio de uma Câmara de Arbitragem, oferecem aos investidores a segurança de uma alternativa mais ágil e especializada.

A principal inovação do Novo Mercado, em relação à legislação e as Companhias Nível 2, é a exigência de que o capital social da companhia seja composto somente por ações ordinárias.

Além de presentes no Regulamento de Listagem, alguns desses compromissos deverão ser aprovados em Assembléias Gerais e incluídos no Estatuto Social da companhia. Um contrato assinado entre a BM&FBOVESPA e a empresa, com a participação de controladores e administradores, fortalece a exigibilidade do seu cumprimento.

O Novo Mercado da BM&FBOVESPA representa um grande avanço no desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro, oferecendo para as empresas uma oportunidade para a captação de recursos a custos competitivos e para os aplicadores um mercado mais seguro para o investimento de longo prazo.

¹⁰ *Disclosure* – Transparência.

A Tabela 1 sintetiza como as empresas listadas na BM&FBOVESPA, até abril de 2010, encontram-se em relação a aderência aos níveis diferenciados de governança corporativa:

Tabela 1 – Empresas Listadas na BM&FBOVESPA por níveis de Governança Corporativa.

Nível de Governança Corporativa	Quantidade	%
Novo Mercado	107	25%
Nível 2	19	5%
Nível 1	35	8%
Tradicional	259	62%
Total	420	100%

Fonte: Website BM&FBOVESPA – www.bovespa.com.br. Acesso em: 16/04/2010.

Em relação à adesão das empresas aos níveis diferenciados de governança corporativa da BM&FBOVESPA, verifica-se que apenas 38% das empresas listadas na bolsa aderiram até abril de 2010 a algum dos níveis diferenciados. Entretanto, entre as empresas listadas nos níveis diferenciados, ampla maioria encontram-se listadas no Novo Mercado, o que demonstra um grande avanço para o mercado de capitais do Brasil.

2.11 Sistemas de Controles Internos

O *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), por meio do SAS – *Statements on Auditing Standards*, 55, de 1988 e do SAS 78, de 1995 define controle interno como sendo um processo, estabelecido pelo conselho de administração, diretoria, gerência ou outras pessoas da companhia, estruturado para providenciar razoável segurança para que os seguintes objetivos sejam atendidos: confiabilidade nos relatórios financeiros e eficácia e eficiência das operações, e conformidade com as leis e normas aplicáveis.

Logo, um sistema de controles internos deve abranger toda a organização e trazer razoável confiança de que os sistemas contábeis sejam adequados, que as atividades e/ou processos estão sendo monitorados, tudo em conformidade com as normas internas e externas que regulam determinada empresa.

Ainda relacionando controles internos com a confiabilidade dos relatórios financeiros, principalmente em decorrência da SOX, a SEC definiu controles internos como sendo:

Um processo desenhado pelo, ou sob a supervisão do presidente e do diretor financeiro, ou pessoas desempenhando funções similares, aplicados pela diretoria da empresa, gerência e outras pessoas, para proporcionar razoável segurança sobre a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação de demonstrações contábeis para fins externos, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos e inclui políticas e procedimentos que:

- a. providenciem a manutenção de registros que, em razoável detalhamento, reflitam correta e adequadamente as transações e posições dos ativos da companhia;
- b. providenciem razoável segurança de que as transações estão registradas como necessário para permitir a preparação de demonstrações contábeis de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que as receitas e despesas da companhia estão sendo reconhecidas somente de acordo com autorizações do gerente e diretores da companhia;
- c. providenciem razoável segurança relacionada à prevenção ou tempestiva detecção de aquisições, uso ou disposição de ativos da companhia de forma não autorizada e que possam proporcionar efeitos materiais nas demonstrações contábeis.

No Brasil, o CFC – Conselho Federal de Contabilidade, através da Resolução nº 820, de dezembro de 1997, definiu controles internos em conjunto com sistema contábil estabelecendo que ambos “[...] compreendem o plano de organização e o conjunto integrado de método e procedimentos adotados pela entidade na proteção do seu patrimônio, promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros e demonstrações contábeis, e da sua eficácia operacional”.

Em síntese, um sistema de controles internos deve ser entendido como parte integrante das boas práticas de governança corporativa e subdividido em controle contábil, controle de riscos e conformidade com leis e regulamentações.

A esse respeito, o IBGC (2009a, p. 54) enfatiza que o diretor-presidente, em conjunto com a diretoria e auxiliado pelos demais órgãos de controle vinculados ao conselho de administração, é responsável pela elaboração e proposição para aprovação do conselho de sistemas de controles internos. Esses sistemas são voltados a monitorar o cumprimento dos processos operacionais e financeiros, assim como os riscos de não conformidade, sendo que a eficácia desses controles devem ser revista, no mínimo, anualmente.

2.12 Auditoria Interna

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a auditoria interna constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da organização.

Nesse contexto, as atividades de auditoria interna são essenciais para fornecer à administração avaliações contínuas sobre os processos de gestão da companhia, assegurar a integridade dos sistemas de controles internos e auxiliar o comitê de auditoria em sua função de supervisão do processo de preparação e divulgação dos relatórios financeiros.

Portanto, essencial para o desenvolvimento de suas atividades é a sua independência (ATTIE, 2007, p. 57). Visando assegurar essa independência, é importante que a área de auditoria interna não esteja subordinada àqueles cujo trabalho examina (ALMEIDA, 2003, p. 29).

3 METODOLOGIA

3.1 Método de pesquisa

O objetivo da metodologia, para Martins e Theóphilo (2007, p. 37), é o aperfeiçoamento dos procedimentos e critérios utilizados na pesquisa. Ela é considerada uma ferramenta instrumental, ou seja, busca a melhor forma de captar e entender a realidade e a metodologia trata de como isso pode ser alcançado.

O desenvolvimento da pesquisa tem por base a revisão bibliográfica e documental, tendo como referência artigos publicados em periódicos acadêmicos, livros, publicações especializadas, revistas e legislações específicas, tanto no Brasil como no exterior.

Para Vergara (2009), a pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa. Corroborando com este entendimento, Marconi e Lakatos (2010, p. 166) destacam que a pesquisa bibliográfica, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, etc., até meios de comunicação oral: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais.

A pesquisa desenvolvida é qualitativa. Segundo Martins e Theóphilo (2007, p. 136), umas das principais características da pesquisa qualitativa é a predominância da descrição. Descrição de pessoas, de situações, de acontecimentos, de reações, inclusive transcrição de relatos. Um pequeno relato pode ser um elemento essencial para o entendimento da realidade.

Para se atingir aos objetivos definidos nesta pesquisa, este trabalho orientou-se de acordo com os seguintes pontos: pesquisa bibliográfica qualitativa e exploratória sobre trabalhos acadêmicos realizados no Brasil e no exterior e pesquisa sobre normativos específicos sobre o tema, um roteiro com questões pontuais para a condução da pesquisa e o levantamento dos dados através de envio de questionários as empresas que compõem a amostra selecionada.

3.2 População e amostragem

Amostra é um subconjunto de elementos pertencentes a uma população que, para esta pesquisa, representa o universo das empresas que por suas características, tamanho e relevância, poderiam adotar em sua estrutura de governança o comitê de auditoria.

Diante desta visão, todas as companhias abertas brasileiras, possuidoras de papéis negociados em bolsa de valores, poderiam utilizar-se de forma mais abrangente e transparente dos benefícios de possuir em sua estrutura o comitê de auditoria. Sendo assim, esta pesquisa tem como universo as empresas financeiras e não financeiras listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, nos seguimentos Tradicional, Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, que em abril de 2010 totalizavam 420 empresas.

Para esta pesquisa, foram selecionadas as 100 companhias abertas com o maior volume médio mensal negociado no período entre abril de 2009 e março de 2010¹¹. Durante o período, o volume médio mensal negociado na bolsa foi da ordem de R\$ 108 bilhões, onde as 100 empresas selecionadas foram responsáveis por um volume de R\$ 96 bilhões, ou seja, 89% do volume médio mensal negociado no período.

O questionário foi respondido por 32 das 100 empresas selecionadas para a pesquisa, o que representou 32% da amostra selecionada e 7,6% da população de empresas negociadas na BM&FBOVESPA¹². Em relação ao volume de negociação, essas 32 empresas negociaram um volume de R\$ 57 bilhões, o que representou 59% do volume médio mensal negociado pelas empresas da amostra e 53% do volume médio mensal negociado na BM&FBOVESPA.

As Figuras 1 e 2 situam as empresas da amostra em seu universo.

¹¹ A relação de todas as empresas pesquisadas é apresentada no Apêndice 2.

¹² Objetivando ampliar a participação das empresas na pesquisa foi realizado contato telefônico com o Departamento de Relação com Investidores das empresas para enfatizar a importância de sua participação.

Figura 1 - Amostra de empresas pesquisadas em relação ao universo de empresas da BM&FBOVESPA.

Fonte: Website BM&FBOVESPA – www.bovespa.com.br. Acesso em: 16/04/2010.

Figura 2 – Volume médio mensal de negócios da amostra em relação ao total negociado na BM&FBOVESPA.

Fonte: Website BM&FBOVESPA – www.bovespa.com.br. Acesso em: 16/04/2010.

Destacando a importância das empresas analisadas para no mercado de capitais brasileiro, dentre as 100 empresas componentes da amostra, 58 compõem o Índice Bovespa (Ibovespa¹³)

¹³ O Ibovespa é o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado de ações brasileiro. Sua relevância advém do fato do Ibovespa retratar o comportamento dos principais papéis negociados na BM&FBOVESPA e também de sua tradição, pois o índice manteve a integridade de sua série histórica e não sofreu modificações metodológicas desde sua implementação em 1968.

de um total de 62 companhias, enquanto 83 compõem o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC¹⁴) de um total de 160 companhias.

Outra importante característica das empresas componentes da amostra consiste no fato de que 59 delas negociam seus papéis no mercado norte-americano, sendo 25 através de ADR's Nível 2 ou Nível 3, segmentos onde as exigências de informações e de aderência as práticas de governança daquele mercado são mais elevadas.

3.3 Estratégia de coleta de dados

3.3.1 Dados primários

O método *survey* foi aplicado com questionários enviados para a área de Relações com Investidores, pelo correio tradicional e também por correio eletrônico (*e-mails*), em 12/07/2010, para ser respondido com base em sua situação em 31/12/2009. Idealmente, foi solicitado que o questionário fosse preenchido pelo Secretário(a) do Comitê de Auditoria ou do Conselho de Administração. O questionário enviado para as companhias consta do Apêndice 1.

De acordo com Martins e Theóphilo (2007, p. 90), o questionário é um importante e popular instrumento de coleta de dados para uma pesquisa social. Trata-se de um conjunto ordenado e

Em termos de liquidez, as ações integrantes da carteira teórica do Índice Bovespa respondem por mais de 80% do número de negócios e do volume financeiro verificados no mercado à vista (lote-padrão) da BM&FBOVESPA. Em termos de capitalização bursátil, as empresas emissoras das ações integrantes da carteira teórica do Índice Bovespa são responsáveis, em média, por aproximadamente 70% do somatório da capitalização bursátil de todas as empresas com ações negociáveis na BM&FBOVESPA.

Em setembro de 2010, o Ibovespa era composto por 68 ações de 62 empresas.

¹⁴ O IGC - Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada tem por objetivo medir o desempenho de uma carteira teórica composta por ações de empresas que apresentem bons níveis de governança corporativa. Tais empresas devem ser negociadas no Novo Mercado ou estar classificadas nos Níveis 1 ou 2 da BM&FBOVESPA.

Em Setembro de 2010, o IGC era composto por 178 ações de 160 empresas.

consistente de perguntas a respeito de variáveis e situações que se deseja medir ou descrever. Marconi e Lakatos (2010, p. 186) afirmam que o questionário deve ser limitado em extensão e em finalidade; se for muito longo, causa fadiga e desinteresse; se curto demais, corre o risco de não oferecer suficientes informações. As autoras afirmam também que o questionário deve conter de 20 a 30 perguntas e demorar cerca de 30 minutos para ser respondido.

Como toda a técnica de coleta de dados, o questionário também apresenta uma série de vantagens e desvantagens. Marconi e Lakatos (2010, p. 184) destacam algumas vantagens e desvantagens deste instrumento de pesquisa. Dentre elas, destaca-se como vantagem: i) economiza tempo, viagens e obtém grande número de dados; ii) atinge maior número de pessoas simultaneamente; iii) abrange uma área geográfica mais ampla; iv) economiza pessoal, tanto em adestramento quanto em trabalho de campo; v) obtém respostas mais rápidas e mais precisas; e vi) há menos risco de distorção, pela não influência do pesquisador. Já como desvantagens destacam-se: i) percentagem pequena dos questionários que voltam; ii) grande número de perguntas sem respostas; iii) impossibilidade de ajudar o informante em perguntas mal compreendidas; iv) a devolução tardia prejudica o calendário ou sua utilização; v) o desconhecimento das circunstâncias em que foram preenchidos torna difícil o controle e a verificação; vi) nem sempre é o escolhido quem responde ao questionário, invalidando portanto as questões; e vii) exige um universo mais homogêneo.

Portanto, um ponto crítico para as pesquisas baseadas em questionários refere-se ao percentual de respondentes. Neste sentido, Marconi e Lakatos (2010, p. 184) afirmam que, em média, os questionários expedidos pelo pesquisador alcançam 25% de devolução. Na presente pesquisa foi obtido um percentual de 32% de devolução.

3.3.2 Dados secundários

A coleta de dados secundários foi realizada nas bases de dados do Economática®, da BM&FBOVESPA, da CVM e através de consulta a página de relações com investidores nos *websites* das empresas.

Em relação aos dados contábeis utilizados na pesquisa, estes foram obtidos na base de dados Economática®¹⁵ e correspondem ao ano de 2009. Além dos questionários encaminhados às empresas, também foram obtidas informações sobre os controles internos e governança corporativa na CVM e BM&FBOVESPA por meio do Sistema de Divulgação Externa - DIVEXT¹⁶, além de consulta aos *websites* institucionais.

3.4 Variáveis do estudo

Neste estudo, além de analisar os resultados advindos do questionário, pretende-se verificar adicionalmente a existência de potenciais associações entre a adoção do comitê de auditoria pelas empresas e algumas características comuns entre elas. Para tanto, selecionaram-se características amplamente utilizadas em estudos acadêmicos, a saber: i) Comitês do Conselho de Administração; ii) Segmento de Listagem; iii) Liquidez; iv) Porte; v) Tipo de Controle Acionário; vi) Setor Econômico; vii) Emissão de ADR.

Comitês do Conselho de Administração (CCA)

As empresas da amostra foram classificadas de acordo com a adoção, ou não, de comitês para suporte as atividades do conselho, entre as seguintes opções: i) empresas que não possuem comitês; ii) empresas que possuem comitês, exceto o comitê de auditoria; ou iii) empresas que possuem somente, ou dentre os seus comitês, o comitê de auditoria.

¹⁵ O software Economática é uma ferramenta para análise de investimento em ações. Possui uma sólida base de dados de empresas dos Estados Unidos, Brasil, Argentina, Chile, México, Peru, Colômbia e Venezuela, que vão de demonstrativos financeiros a cotações na bolsa de valores. Dentre os usuários do software, encontram-se analistas de corretoras, universidades, bancos, fundações de previdência, áreas de relação com investidores e investidores particulares.

¹⁶ O Sistema de Divulgação Externa (DIVEXT) é um programa especialmente desenvolvido para permitir a consulta das informações e dos demonstrativos financeiros que as companhias abertas enviam à BOVESPA e à CVM.

Segmento de Listagem (SEG_LIST)

As companhias foram classificadas conforme o segmento de listagem no qual suas ações são negociados na BM&FBOVESPA, podendo ser classificadas em Tradicional, Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado.

Liquidez (LIQ)

As ações das empresas da amostra foram classificadas como sendo de alta, média ou baixa liquidez dependendo do seu volume médio mensal negociado no período entre abril de 2009 e março de 2010. Para o enquadramento das empresas nessa classificação, adotou-se a diferença entre o maior e o menor volume de negociação, dividindo-o em três partes. As companhias com volume de negociação enquadradas na primeira terça parte foram classificadas com de alta liquidez, as contidas no terço intermediário foram classificadas com sendo de média liquidez e as pertencentes ao último terço foram classificadas com sendo de baixa liquidez.

Porte (PORT)

As empresas da amostra foram classificadas como sendo de pequeno, médio e grande porte dependendo do valor do seu ativo total em 2009. Para o enquadramento das empresas nessa classificação, adotou-se a diferença entre o maior e o menor valor do ativo total, dividindo-o em três partes. As empresas com ativo total pertencentes ao primeiro terço foram classificadas com sendo de grande porte, as contidas no terço intermediário foram classificadas com sendo de médio porte e as enquadradas no último terço foram classificadas com sendo de pequeno porte.

Tipo de Controle Acionário (TCA)

As empresas da amostra foram classificadas de acordo com as seguintes opções: i) Familiar; ii) Estatal; iii) Controle Estrangeiro; iv) Controladas por Bancos ou Investidores Institucionais; v) Controle Pulverizado; ou vi) Outros. Para sua classificação foram verificadas as informações sobre o bloco de controle constante do Formulário de Referência entregue a CVM.

Setor Econômico (SE)

Para a classificação das empresas de acordo com o setor econômico, utilizou-se a adotada pela BM&FBOVESPA, podendo ser classificadas nos seguintes setores: i) Bens Industriais; ii) Construção e Transporte; iii) Consumo Cíclico; iv) Consumo não cíclico; v) Financeiros e outros; vi) Materiais Básicos; vii) Petróleo, Gás e Biocombustíveis; viii) Tecnologia da Informação; ix) Telecomunicações; ou x) Utilidade Pública.

Emissão de ADR (ADR)

As companhias foram classificadas conforme a sua opção, ou não, de negociarem seus papéis no mercado norte-americano, conforme as seguintes opções: i) empresas que não emitem ADR's; ii) empresas que emitem ADR's Nível 2 ou Nível 3; ou iii) empresas que emitem outras ADR's.

3.5 Tratamento estatístico

A pesquisa está dividida em duas partes inter-relacionadas. Na primeira parte buscou-se interpretar os resultados provenientes do questionário. Nesta parte foram aplicadas técnicas estatísticas simples, com o intuito de descrever os resultados, utilizando-se, principalmente, de tabelas estruturadas e diferentes formas de gráficos. Na segunda parte, o objetivo foi estudar potenciais associações entre características das companhias, definidas na seção 3.4, com a opção de as companhias adotarem ou não o comitê de auditoria em suas estruturas de governança corporativa. Para alcançar o objetivo da segunda parte da pesquisa, foi utilizada a técnica de aferição qualitativa conhecida como Análise de Correspondência (ANACOR), que é a técnica utilizada quando se pretende estudar a relação entre duas variáveis qualitativas.

Com relação à primeira parte, inicialmente, foram eliminadas respostas incompletas. Posteriormente, como o questionário é composto de questões de natureza pública e privada, buscou-se responder o maior número possível de questões para as empresas que não devolveram os questionários preenchidos, utilizando-se de informações públicas

disponibilizadas nas bases de dados da CVM, da BM&FBOVESPA e nos *websites* das empresas, através de consultas aos Relatórios Anuais, Formulários de Referência, Formulários 20-F, Estatutos Sociais, Regimentos Internos dos Comitês de Auditoria, etc. Em seguida, foram feitas as análises descritivas

Quanto à segunda parte, foi utilizada a ANACOR. É uma técnica exploratória (não confirmatória) e têm como objetivo descobrir possíveis associações entre variáveis num espaço multidimensional. De acordo com Fávero *et al.* (2009, p. 272), ANACOR é uma técnica que exhibe as associações entre um conjunto de variáveis categóricas não métricas em um mapa perceptual, permitindo, desta maneira, um exame visual de qualquer padrão ou estrutura nos dados. Categorias com localizações próximas na projeção plana têm relação mais forte do que categorias separadas por distâncias maiores, e qualquer categoria, representada como um ponto no mapa perceptual, pode ser analisada em separado e caracterizada segundo a proximidade das projeções de todas as outras categorias sobre uma reta que ligue seu ponto característico à origem dos eixos do plano de projeção.

Quando categorias de uma mesma variável encontram-se em posições próximas no mapa de análise de correspondência, isso sugere que, independente de seus conteúdos semânticos, elas podem ser consideradas iguais no que tange à distribuição de massas do total das observações realizadas.

De acordo com Fávero *et al.* (2009, p. 274), a análise de correspondência é uma técnica multivariada que tem se tornado cada vez mais popular para a redução dimensional e o mapeamento perceptual.

Para Figueira (S.d., p. 1), ANACOR é um procedimento utilizado para duas variáveis nominais, com vários níveis que analisa os dados a partir de tabelas de correspondências, sendo que nas diversas células de cruzamento recaem as frequências observadas dos diferentes níveis das duas categorias. A medida de correspondência pode ser uma indicação da similaridade, afinidade, associação ou interação entre as variáveis. Segundo este mesmo autor, “ANACOR hierarquiza a informação por ordem decrescente do grau de explicação do fenômeno em estudo, através dos valores singulares ou valores próprios, que medem a contribuição de cada dimensão para a explicação da variação dos dados”.

O método consiste em duas etapas básicas, referentes ao cálculo da medida de associação e à criação do mapa perceptual. A ANACOR utiliza o teste Qui-quadrado (χ^2) para padronizar os valores das frequências e formar a base para as associações. A partir de uma tabela de contingência, calculam-se as frequências esperadas e o valor do χ^2 para cada célula, considerando-se as diferenças entre as frequências observadas e as esperadas. Assim, com as medidas padronizadas da associação, a ANACOR gera uma medida de distância e cria projeções ortogonais sobre as quais as categorias podem ser alocadas, de forma a representar o grau de associação dado pelas distâncias χ^2 em um espaço dimensional (FÁVERO *et al.*, 2009, p. 273).

Para a qualificação da variável a ser utilizado na aplicação do ANACOR, é necessário a rejeição da hipótese nula de igualdades de frequências, ou seja, é preciso rejeitar a hipótese de que as variáveis são independentes ou combinam-se de forma aleatória.

Para uma boa interpretação dos resultados, deve-se ter em mente que o plano de análise desta técnica tem natureza essencialmente descritiva, não permitindo inferência de causa e efeito (FÁVERO *et al.*, 2009, p. 274).

Para a realização dos testes estatísticos foram utilizados os programas *Statistical Package for Social Science 17.0 for Windows* (SPSS) e *Microsoft Excel*.

3.6 Limitações da pesquisa

Por se tratar de trabalho empírico, generalizações devem ser feitas cuidadosamente, de forma que a conclusão fique restrita a amostra analisada.

Outra delimitação importante da pesquisa é com relação à definição operacional de governança corporativa, onde o foco é dado às características do comitê de auditoria, não abordando outros mecanismos internos importantes para a diminuição do problema de agência, como remuneração de gestores e a posse de ações por parte dos executivos.

Do ponto de vista da análise estatística, o resultado obtido com esta pesquisa deverá ser considerado com precaução, pois a técnica utilizada tem natureza essencialmente descritiva, não permitindo inferências de causa e efeito.

Por último, a amostra analisada, composta pelas 100 companhias abertas mais negociadas na BM&FBOVESPA entre abril de 2009 e março de 2010. Uma amostra não probabilística impossibilita a generalização dos resultados. Segundo Stevenson (2001, p. 169), a finalidade da amostra é permitir fazer inferências sobre uma população após inspeção de apenas parte dela. O autor acrescenta que o grau de variabilidade amostral é essencial na inferência estatística, sendo uma característica ausente em uma amostra não probabilística.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise descritiva do questionário

4.1.1 Presença de comitês na estrutura de governança das empresas

Como tratado na seção 2.6, diversas atividades de responsabilidade do conselho de administração, que demandam mais atenção e tempo para avaliação, nem sempre disponíveis nas reuniões, podem ser exercidas com mais profundidade por comitês específicos.

Os comitês estão presentes em 72% das empresas componentes da amostra, o que demonstra a forte presença de comitês na estrutura de governança das empresas. Dentre as companhias que possuem comitês como parte integrante de sua estrutura de governança corporativa, em média há 2,9 comitês para o apoio das atividades de seus conselhos.

Na Tabela 2, verifica-se que a maior incidência é de empresas com apenas um comitê em sua estrutura de governança corporativa, sendo oito o número máximo de comitês encontrado no conselho de administração das companhias da amostra pesquisada.

Verifica-se também que 75% das empresas que adotaram a figura do comitê em sua estrutura de governança, possuem dois ou mais comitês para suporte as atividades do Conselho de Administração.

Tabela 2 - Quantidade de comitês presentes nos conselhos das empresas.

Comitês nos Conselhos de Administração	Quantidade	%
1 Comitê	18	25%
2 Comitês	13	18%
3 Comitês	17	24%
4 Comitês	11	15%
5 Comitês	9	13%
6 Comitês	3	4%
7 Comitês	0	0%
8 Comitês	1	1%
Total	72	100%

Entre os comitês presentes nas estruturas de governança das empresas, o Comitê de Recursos Humanos e Remuneração¹⁷ juntamente com o Comitê de Auditoria são os mais adotados por parte das companhias pesquisadas, respectivamente com 51 e 48 ocorrências. Merecem destaques também os comitês de Finanças, Governança Corporativa, Riscos, Estratégia, Sustentabilidade e Ética.

Na Tabela 3, é possível verificar a incidência dos principais comitês presentes na estrutura de governança corporativa da amostra de empresas pesquisada.

¹⁷ Segundo o IBGC (2009a, p. 46), é atribuição do Comitê de Recursos Humanos e Remuneração discutir assuntos relativos à sucessão, remuneração e desenvolvimento de pessoas. Cabe a ele examinar os critérios para contratação e demissão de executivos, analisar os mecanismos de remuneração dos conselheiros, verificar se o modelo de remuneração prevê mecanismos para alinhar os interesses dos administradores com os da organização, avaliar e supervisionar as práticas e processos de sucessão em todos os níveis hierárquicos, apoiar o presidente do conselho na elaboração e revisão do processo de avaliação anual dos executivos, dos conselheiros e do conselho, assim como propor um descritivo do perfil de conselheiros desejado.

De acordo com este mesmo órgão, dada a grande possibilidade de conflitos de interesses, este comitê deve ser formado exclusivamente por membros independentes do conselho de administração.

Tabela 3 – Principais comitês presentes na estrutura de governança das empresas pesquisadas.

COMITÊ	Quantidade
Comitê de Recursos Humanos e Remuneração	51
Comitê de Auditoria	48
Comitê de Finanças	25
Comitê de Governança Corporativa	19
Comitê de Riscos	17
Comitê de Estratégia	13
Comitê de Sustentabilidade	11
Comitê de Ética	7

A predominância de Comitês de Auditoria e Comitês de Recursos Humanos e Remuneração não é recente (LEAL; CARVALHAL-DA-SILVA; VALADARES, 2000) assim como não é característica somente de empresas brasileiras (RUIGROK *et al.*, 2006), sendo consistente com achados de estudos recentes tanto no Brasil (KPMG, CEG, 20010; GUERRA, 2009) como no exterior (HEIDRICK & STRUGLESS, 2007).

O IBGC em seu Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa destaca o Comitê de Auditoria e o Comitê de Recursos Humanos e Remuneração como os mais importantes dentre os comitês de suporte as atividades do conselho de administração. Corroborando esta hipótese, a pesquisa confirma estes comitês como sendo os mais frequentes na estrutura de governança da amostra das empresas com ações negociadas na BM&FBOVESPA.

4.1.2 Presença do conselho fiscal na estrutura de governança das empresas

Como abordado na seção 2.8, o Conselho Fiscal é parte integrante da estrutura de governança das empresas brasileiras. Previsto na legislação societária, considerando as prerrogativas que lhe foram conferidas por determinação legal, é um órgão independente, encarregado de fiscalizar os atos dos administradores (Artigo 163 da Lei 6.404/76), verificando se estão em linha com os interesses dos acionistas.

Em síntese, o conselho fiscal tem o poder de fiscalizar, de forma permanente ou a pedido dos acionistas na assembléia geral, os atos dos administradores da companhia, bem como do conselho de administração, e oferece sua opinião sobre os demonstrativos financeiros examinados pelo auditor externo.

Conforme apresentado na Figura 3, das 100 empresas componentes da amostra, a maioria (63%) instituíram o conselho fiscal como parte integrante de sua estrutura de governança no exercício de 2009, sendo que em 38% das companhias o conselho fiscal é de funcionamento permanente.

Figura 3 – Presença de Conselho Fiscal nas empresas da amostra.

Importante ressaltar que, dentre as 25 empresas componentes da amostra que possuem ADR's Nível 2 ou 3, 10 delas adotam o comitê de auditoria em sua estrutura de governança, enquanto que as outras 15 optaram por um conselho fiscal revestido de novas atribuições e responsabilidades, passando a ser conhecido como "Conselho Fiscal Turbinado", em atendimento as exigências regulamentares daquele país. O Gráfico 1 demonstra a proporção entre as empresas que optaram por implantar o comitê de auditoria e as que optaram por adaptar o conselho fiscal.

Gráfico 1 – Participação do Comitê Auditoria nas empresas emissoras de ADR's Nível 2 e Nível 3.

Das 10 empresas com papéis negociados na NYSE que possuem o comitê de auditoria, 03 delas são instituições financeiras de grande porte, ou seja, foram obrigadas pelo Conselho Monetário Nacional, através da Resolução nº 3.198 a constituir o comitê de auditoria no ano de 2004. Entre as outras 7 empresas que optaram pelo comitê de auditoria, 6 delas implantaram o comitê de auditoria em atendimento as exigências impostas às empresas com papéis negociadas nas bolsas norte-americanas pela Lei *Sarbanes-Oxley*, promulgada em 2002, sendo 1 no ano de 2004 e outras 5 no ano de 2005. A empresa que implantou o comitê no ano de 2009, declarou que a motivação para a sua implantação foi a evolução do Sistema de Governança Corporativa adotado pela empresa.

No Gráfico 2, apresentam-se a distribuição das empresas que possuem ADR's Nível 2 e 3 e adotaram o comitê de auditoria em sua estrutura de governança corporativa por ano de implantação.

Gráfico 2 – Ano de implantação do comitê de auditoria de empresas emissoras de ADR's Nível 2 e Nível 3.

Diante dessa evidência, verifica-se que entre as empresas brasileiras com ações listadas nas bolsas de valores norte-americanas, portanto sujeitas à regulamentação da SEC, a minoria, ou seja, 40% delas optaram pela implantação do comitê de auditoria, enquanto que a maioria, ou seja 60%, optaram por um “Conselho Fiscal Turbinado”. Corroborando com este entendimento, Almeida (2008) verificou que de 30 empresas não financeiras listadas na NYSE, a maioria (vinte e duas) das empresas optaram por um conselho fiscal revestidos de novas atribuições e responsabilidades, enquanto uma parcela menor (oito) decidiu pela constituição do comitê de auditoria.

Segundo o IBGC (2009b, p. 17), em seu guia de orientação para as melhores práticas do comitê de auditoria, a eventual atuação do conselho fiscal no papel de comitê de auditoria aplica-se exclusivamente para fins das exigências instituídas perante a SEC para aquelas empresas que fizeram esta opção, sendo inadequado atribuir-se funções do comitê de auditoria ao conselho fiscal em qualquer outro âmbito.

O conselho fiscal não substitui o comitê de auditoria. Enquanto este é órgão de controle com funções delegadas pelo conselho de administração, aquele é instrumento de fiscalização com atribuições definidas diretamente pelos sócios e, por lei, não se subordina ao conselho de administração, qualidade fundamental que o diferencia do comitê de auditoria e justifica a sua existência. No entanto, quando ambos estão em funcionamento, é natural haver alguma

sobreposição de funções. Nesta hipótese, os dois órgãos devem coordenar suas atividades, realizarem reuniões conjuntas e se necessário com a participação dos auditores independentes.

Diante desse cenário, existem atualmente dois grupos de empresas brasileiras de capital aberto listada nas bolsas norte-americanas: o primeiro grupo composto daquelas empresas que instituíram o comitê de auditoria e o segundo grupo, das que optaram por elevar as atribuições do conselho fiscal.

4.1.3 O Comitê de Auditoria na estrutura de governança das empresas

Como já demonstrado na seção 4.1.1, o comitê de auditoria está presente em 48% das empresas componentes da amostra pesquisada. Na Tabela 4, verifica-se a frequência das empresas que adotaram o comitê de auditoria por setor econômico em relação ao total das empresas da amostra pesquisada.

Tabela 4 – Distribuição dos comitês de auditoria em relação ao setor econômico das empresas.

Setor Econômico	Quantidade de Empresas	Empresas que implantaram o Comitê de Auditoria	%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	3	3	100%
Tecnologia da Informação	2	2	100%
Financeiro e Outros	16	11	69%
Construção e Transporte	16	8	50%
Consumo Cíclico	6	3	50%
Utilidade Pública	16	7	44%
Consumo não Cíclico	14	6	43%
Materiais Básicos	13	5	38%
Telecomunicações	6	2	33%
Bens Industriais	8	1	13%
TOTAL	100	48	48%

Verifica-se assim que os setores econômicos com a maior taxa de adoção do comitê de auditoria pelas empresas em sua estrutura de governança são as pertencentes aos setores de Petróleo, Gás e Biocombustíveis e o de Tecnologia da Informação, com uma taxa de 100%, seguido pelas empresas do setor Financeiros e outros, com uma taxa de 69%. O setor econômico com a menor taxa de adoção do comitê de auditoria pelas empresas é o de Bens Industriais, com uma taxa de 13%.

No Apêndice 3, são apresentadas as empresas que instituíram o comitê de auditoria e seu respectivo setor econômico¹⁸.

4.1.4 Principais fatores que motivaram a implantação do comitê de auditoria conforme o ano de sua implantação

Quando analisado o ano de implantação dos comitês de auditoria nas empresas brasileiras, verifica-se que até o ano de 2001, somente duas empresas possuíam o comitê de auditoria como parte integrante de sua estrutura de governança. O processo de adoção do comitê de auditoria foi acelerado somente nos anos de 2004 e 2005, com a implantação de 7 e 11 comitês respectivamente.

Das implantações dos comitês de auditoria ocorridas durante o ano de 2004, 5 casos são reflexos da obrigatoriedade de instituir o comitê de auditoria imposta pelo CMN às instituições financeiras com Patrimônio de Referência igual ou superior a R\$ 1 bilhão, através da Resolução nº 3.198. Já entre as implantações ocorridas no decorrer do ano de 2005, 5 companhias apresentaram como motivo para a implantação do comitê de auditoria as exigências impostas às companhias com papéis negociadas nas bolsas norte-americanas pela Lei *Sarbanes-Oxley*, promulgada em 2002.

¹⁸ A relação de todas as empresas pesquisadas por setor econômico é apresentada no Apêndice 4.

Gráfico 3 – Distribuição da implantação do comitê de auditoria por ano.

Frente a esta realidade, é possível afirmar que, para as empresas pesquisadas, o principal estímulo para o início da implementação do comitê de auditoria em escala mais representativa advém de imposição normativa. Como incentivo interno houve a Resolução nº 3.198 do Conselho Monetário Nacional, com relação a incentivos externos tem-se a exigência imposta pela Lei *Sarbanes-Oxley*, cujo prazo para a implantação do comitê de auditoria era o exercício fiscal de 2005.

Entre os anos de 2006 a 2009, no Gráfico 3 verifica-se uma continuidade no processo de adoção do comitê de auditoria, com uma média de 6,25 empresas por ano. Para as empresas que implantaram o comitê neste período, os principais motivos apontados pelas empresas que responderam a pesquisa são: i) apoiar as atividades do Conselho de Administração; ii) incrementar o sistema e as práticas de governança corporativa; iii) melhores práticas de governança corporativa; iv) proporcionar mais transparência ao mercado; v) outras.

Na Tabela 5, são relacionados os fatores para a implantação do comitê de auditoria mais mencionados pelas empresas que responderam ao questionário.

Tabela 5 – Fatores para a implantação do Comitê de Auditoria.

Apoiar as atividades do Conselho de Administração	11
Atender à Legislação norte americana - SOX	5
Incrementar o sistema e as práticas de governança corporativa	5
Atender à Resolução do CMN / BACEN	4
Melhores práticas de governança corporativa	3
Proporcionar mais transparência ao mercado	2
Outros	4

Desta forma, diante das evidências apresentadas pelas empresas pesquisadas, verifica-se que a aceleração do processo de implementação do comitê de auditoria se deu em atendimento a imposições regulamentares, principalmente em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do CMN no Brasil e à *Lei Sarbanes-Oxley* nos EUA, evoluindo para uma implementação não impositiva, com o intuito de subsidiar o conselho de administração em suas atividades de analisar as demonstrações financeiras, prover o desenvolvimento de controles internos confiáveis, garantir que a auditoria interna desempenhe seu papel e que os auditores independentes avaliem as práticas da diretoria e da auditoria interna sem a influência da gestão da empresa, buscando proporcionar mais transparência ao mercado através da evolução de seus mecanismos de governança corporativa.

4.1.5 Quais os principais motivos que justifiquem a manutenção do comitê de auditoria e quais os custos para a sua manutenção

Adicionalmente, foi solicitado que as companhias que instituíram o comitê de auditoria apresentassem os principais motivos que justificassem a manutenção do comitê em sua estrutura de governança.

Os principais motivos apontados foram: i) os benefícios proporcionados ao cumprimento das atividades desempenhadas pelo conselho de administração; ii) melhorias das práticas de governança corporativa; iii) mais transparência ao mercado; iv) obrigatoriedade; e v) outros.

Na Tabela 6, são relacionados os fatores para a manutenção do comitê de auditoria mais mencionados pelas empresas que responderam ao questionário.

Tabela 6 – Fatores para a manutenção do Comitê de Auditoria.

Benefício no cumprimento das atividades do Conselho de Administração	8
Melhoria das práticas de Governança Corporativa	7
Transparência para o mercado	3
Obrigatoriedade	1
Outros	3

Importante ressaltar que, com exceção a uma empresa que respondeu que a manutenção do comitê de auditoria deve-se a imposição regulamentar, todas as demais que responderam a esta questão destacaram que as atividades desenvolvidas pelo comitê de auditoria agregam valor a companhia.

Em relação aos custos médio anual envolvidos para a manutenção das atividades do comitê de auditoria, a maioria das empresas declararam esta informação como não disponível, sendo respondida por apenas 8 empresas.

Na Tabela 7 apresenta-se estatísticas dos dados disponíveis sobre os custos envolvidos para a manutenção das atividades dos comitês de auditoria das empresas que responderam a pesquisa.

Tabela 7 – Custos para a manutenção do Comitê de Auditoria.

Estatística	R\$ (mil)
Média	200
Mediana	100
Mínimo	20
Máximo	540
Contagem	8

Sendo assim, verifica-se na Tabela 7 que, entre as empresas que responderam este item, o custo médio anual com a manutenção do comitê de auditoria foi de R\$ 200 mil, com mediana

de R\$ 100 mil. Importante ressaltar a grande amplitude entre os valores informados, sendo o custo de R\$ 20 mil o menor valor e de R\$ 540 mil o maior valor declarado para a manutenção de seus comitês.

4.1.6 Quem ocupa o cargo de membro do comitê de auditoria?

Nesta seção descreveremos o perfil dos profissionais que ocupam os assentos nos comitês de auditoria das empresas brasileiras pesquisadas.

4.1.6.1 Presença de conselheiros no comitê de auditoria

Segundo o IBGC, preferencialmente, os comitês do conselho devem ser formados apenas por conselheiros. Na impossibilidade de atender esta recomendação, deve-se buscar compô-los de forma que sejam coordenados por um conselheiro, de preferência independente.

O conselheiro independente tem recebido muita atenção tanto no ambiente acadêmico quanto no corporativo das empresas, devido a sua associação a melhores práticas de governança corporativa. De acordo com a SOX, seção 301, são os membros independentes do conselho de administração que devem compor o comitê de auditoria.

Nas 100 empresas pesquisadas, 48 possuem em sua estrutura de governança o comitê de auditoria, totalizando 170 membros.

Entre os membros do comitê, 59% (101) também são membros do conselho de administração da companhia, o que demonstra que a maioria dos membros do comitê são indicados entre os membros do conselho. Dentre os conselheiros participantes do comitê de auditoria, 72 são membros independentes do conselho, ou seja, 42% dos membros do comitê de auditoria são conselheiros independentes do Conselho de Administração.

Contrastando com esses dados, dos 430 membros que compõem o conselho de administração das 48 empresas que possuem o comitê de auditoria em sua estrutura de governança, 89%

(382) são membros externos a empresa. Dentre os membros externos do conselho, a minoria, ou seja, 25% (108) são membros independentes.

Sendo assim, é possível verificar que o percentual de membros independentes no comitê de auditoria é mais representativo que no conselho de administração, sendo um indicativo de uma preferência pela indicação de membros independentes para participarem do comitê de suas empresas, atendendo assim recomendações da SOX assim como do IBGC.

As Figuras 4 e 5 ilustram a composição dos Conselhos de Administração e dos Comitês de Auditoria das empresas pesquisadas que adotaram o comitê como mecanismo de governança corporativa em sua estrutura de governança.

Figura 4 – Composição dos Conselhos de Administração das empresas que possuem Comitê de Auditoria.

Figura 5 – Composição dos Comitês de Auditoria.

Nas Tabela 8 verifica-se que, dos 48 comitês de auditoria instituídos pelas empresas pesquisadas, 38% possuem apenas conselheiros entre seus membros, ou seja, 18 comitês são formados exclusivamente por conselheiros da empresa.

Tabela 8 – Presença de Conselheiros como membros do Comitê de Auditoria.

Conselheiros	Quantidade	%
Todos Conselheiros	18	38%
Maioria de Conselheiros	11	23%
Minoria de Conselheiros	14	29%
Nenhum Conselheiro	5	10%
TOTAL	48	100%

Quando se analisa considerando somente membros independentes do conselho, verifica-se na Tabela 9 uma redução nesta taxa para 27%, ou seja, 13 comitês de auditoria são formados exclusivamente por membros independentes do conselho.

Tabela 9 – Presença de Conselheiros Independentes como membros do Comitê de Auditoria.

Conselheiros Independentes	Quantidade	%
Todos Conselheiros Independentes	13	27%
Maioria de Conselheiros Independentes	6	12%
Minoria de Conselheiros Independentes	18	38%
Nenhum Conselheiro Independente	11	23%
TOTAL	48	100%

No entanto, quando se analisa a presença de conselheiros entre os membros do comitê de auditoria, verifica-se que em 90% das empresas analisadas há pelo menos um conselheiro entre os membros do comitê de auditoria. Em apenas 5 companhias, não há entre os membros do comitê de auditoria conselheiros da empresa.

4.1.6.2 Presença de executivos da empresa no comitê de auditoria

Também é possível verificar nas Figuras 4 e 5 a presença de membros internos tanto entre os membros do conselho de administração como entre os membros do comitê de auditoria das empresas pesquisadas. Membros internos são aqueles membros que também ocupam posições executivas nas empresas.

A indicação de executivos da empresa para ocupar uma posição como membro do comitê de auditoria contraria recomendações do IBGC (2009a, p. 44), onde destaca que devido a grande possibilidade de conflitos de interesses, o comitê de auditoria deve ser formado exclusivamente por membros do conselho de administração, preferencialmente por membros independentes.

De acordo com diversos códigos de governança internacionais, o comitê de auditoria deveria ser composto exclusivamente por conselheiros independentes. Entretanto, tal recomendação não constitui uma realidade para as empresas pesquisadas.

A presença de executivos da companhia como membros do comitê de auditoria é verificada em 11 empresas da amostra. Sua participação é de 9% (16) dos membros do comitê. Já em

relação ao conselho de administração, 11% (48) dos membros são também executivos da empresa. Portanto, quando comparado com o conselho de administração das empresas, é possível constatar que a proporção de executivos é menor no comitê de auditoria.

4.1.6.3 Características dos membros do comitê de auditoria

Conforme verifica-se na Tabela 10, entre os membros do comitê de auditoria há absoluta predominância de homens, sendo representados por 159 membros, ou seja, 93,5% dos membros do comitê de auditoria são do sexo masculino. Já a participação das mulheres como membros do comitê de auditoria, esta ainda é discreta, com apenas 11 representantes, ou seja, somente 6,5% dos membros do comitê de auditoria são do sexo feminino.

Tabela 10 – Proporção entre homens e mulheres como membros do Comitê de Auditoria.

Membros do Comitê de Auditoria por gênero	Quantidade	%
Masculino	159	93,5%
Feminino	11	6,5%
Total	170	100%

Quase a totalidade dos membros do comitê de auditoria possuem curso superior, sendo que somente dois possuem o curso de nível médio (técnico em contabilidade). Em relação a formação profissional dos membros do comitê de auditoria, destacam-se a presenças de membros formados em Engenharia e Economia, com 45 membros cada, seguido por Administração de Empresas, Ciências Contábeis e direito. Dentre os membros, 32 possuem mais de uma formação declarada.

Abaixo, na Tabela 11, é possível verificar a frequências das principais áreas de formação profissional presente entre os membros do comitê de auditoria das empresas.

Tabela 11 – Principais áreas de formação dos membros do Comitê de Auditoria.

Formação	Quantidade
Engenharia	45
Economia	45
Administração de Empresas	40
Ciências Contábeis	35
Direito	20

A pós-graduação está presente na formação de 69% dos membros do comitê auditoria. Como pode ser verificado na Tabela 12, entre os membros que possuem pós-graduação há 30 doutores e 16 mestres.

Tabela 12 – Pós-Graduação entre os membros do Comitê de Auditoria.

Pós-Graduação	Quantidade	%
DOCTORADO	30	29%
MESTRADO	16	16%
MBA	57	55%
Total	103	100%

A média etária dos membros do comitê é de 57 anos, onde o membro mais velho do comitê tem 78 anos enquanto o mais jovem tem 26 anos.

Tabela 13 – Estrutura etária dos membros do Comitê de Auditoria.

Idade	Quantidade	%	% Ac.
Mais de 71 anos	12	7%	7%
De 61 a 70 anos	66	40%	47%
De 51 a 60 anos	45	27%	74%
De 41 a 50 anos	29	18%	92%
Até 40 anos	13	8%	100%
Total	165	100%	

Na Tabela 13 é possível verificar que a maioria dos membros do comitê de auditoria das empresas pesquisadas têm idade entre 61 e 70 anos, o que representa 40% do total. Verifica-se também que 74% dos membros têm idade superior a 51 anos.

Portanto, na composição dos comitês de auditoria das empresas pesquisadas, há um forte indicativo da predominância de profissionais com vasta experiência profissional.

4.1.6.4 Qual a experiência profissional do especialista financeiro do comitê de auditoria?

Entre as empresas que declaram qual dos seus membros é o especialista financeiro, destacam-se aqueles que possuem vasta experiência profissional oriundas de trabalhos em empresas de Auditoria Externa, com 9 indicações. Outras experiências destacadas são de CEO / CFO, com 8 indicações e experiências com elaboração de demonstrações financeiras em USGAAP e IFRS, com 4 indicações.

Entre os membros do comitê, 29 são declarados como o especialista financeiro. Entre este grupo, 19 são também membros do conselho de administração, sendo 16 deles membros independentes.

Na Tabela 14, apresenta-se a distribuição da formação profissional dos membros declarados especialistas financeiros dos comitês de auditoria.

Tabela 14 – Principais áreas de formação dos especialistas financeiros do Comitê de Auditoria.

Formação	Quantidade
Ciências Contábeis	12
Administração de Empresas	10
Economia	6
Direito	4
Engenharia	3

Destacam-se entre eles, profissionais com formação em Ciências Contábeis e Administração de empresas. Importante ressaltar que 8 entre os 29 membros possuem mais de um curso de graduação.

Tabela 15 – Pós-Graduação entre os especialistas financeiros do Comitê de Auditoria.

Pós-Graduação	Quantidade
DOUTORADO	3
MESTRADO	4
MBA	11
Total	18

Na Tabela 15, apresenta-se a frequência de membros com cursos de pós-graduação entre os membros declarados especialistas financeiros dos comitês de auditoria. Dos 29 especialistas financeiros dos comitês de auditoria, 18 possuem cursos de pós-graduação, sendo 3 de doutorado, 4 de mestrados e 11 de MBA.

4.1.6.5 Presença de *Board Interlocking*¹⁹ entre os membros do comitê de auditoria

Conforme verifica-se na Tabela 16, pelo menos 53% dos membros do comitê de auditoria participam de conselhos e/ou comitês de outras empresas. A existência do *Board Interlocking* não é novidade entre os membros do conselho, sendo consistente com achados de estudos recentes realizados no Brasil. Santos e Silveira (2007) em seu estudo verificou que o *board interlocking* é uma prática recorrente no país e que em 74% das 320 empresas analisadas em seu estudo, pelo menos um profissional, diretor ou conselheiro, participava de outra companhia.

¹⁹ *Board Interlocking* ocorre quando um profissional da alta administração de uma determinada companhia ocupa o cargo de membro do conselho de administração de outra empresa. Esta definição engloba a possibilidade de não apenas conselheiros, mas também os diretores, serem o elos de ligação entre empresas. (SANTOS, SILVEIRA, 2007).

Tabela 16 – *Board Interlocking* entre os membros do Comitê de Auditoria.

Participa de conselhos e/ou comitês de outras empresas	Quantidade	%
Participa de conselhos e/ou comitês de outras empresas	89	53%
Não participa de conselhos e/ou comitês de outras empresas	60	35%
Não informou	21	12%
Total	170	100%

Conforme verifica-se nas Tabelas 17 e 18, 89 membros dos comitês de auditoria das empresas pesquisadas participam de 244 conselhos e/ou comitês de outras companhias. Em média, os membros do comitê de auditoria das empresas pesquisadas participam de 2,7 conselhos e/ou comitês de outras companhias, sendo de 10 outros conselhos e/ou comitês o número máximo verificado. Entre os membros, a maior incidência é a participação de mais um conselho e/ou comitê, no entanto a participação em mais 2, 3 ou 4 outros órgãos é significativa, com 24%, 17% e 22% respectivamente.

Tabela 17 – Frequência do *Board Interlocking*.

Participa de:	Quantidade	%
+ 1 conselhos e/ou comitês	26	29%
+ 2 conselhos e/ou comitês	21	24%
+ 3 conselhos e/ou comitês	15	17%
+ 4 conselhos e/ou comitês	20	22%
+ de 5 conselhos e/ou comitês	7	8%
Total	89	100%

Tabela 18 – *Board Interlocking* – estatísticas descritivas.

Estatística	Quantidade
Média	2,7
Mediana	2
Mínimo	1
Máximo	10
Contagem	89

Quanto à quantidade de horas mensais dedicadas as atividades do comitê, as empresas respondentes foram separadas em dois grupos, o primeiro grupo composto pelas instituições financeiras e um segundo grupo composto pelas demais empresas pesquisadas.

Entre as instituições financeiras, dos 15 membros que responderam este item do questionário, verifica-se que em média eles dedicam 76 horas mensais as atividades do comitê de auditoria, sendo de 40 horas o mínimo e de 160 horas o máximo. Já entre o grupo composto pelas demais empresas da pesquisa, dos 41 membros que responderam este item do questionário, em média eles dedicam 10 horas mensais as atividades do comitê de auditoria, sendo de 4 horas o mínimo e de 40 horas o máximo.

4.2 Outras informações sobre as atividades do comitê de auditoria

Em média, entre as empresas não financeiras pesquisadas, são realizadas 8 reuniões do comitê de auditoria por ano, sendo o mínimo de 2 e máximo de 25 reuniões, sendo o mais freqüente a realização de 4 reuniões por ano. Para as instituições financeiras, em média são realizadas 100 reuniões por ano, sendo o mínimo de 28 e o máximo de 240 reuniões por ano.

As reuniões do comitê de auditoria duram em média 3,8 horas e ocorrem em média 7 dias antes da reunião do conselho de administração.

Entre as empresas que instituíram o comitê de auditoria, 87,5% (42) possuem o órgão de auditoria interna para fornecer à administração avaliações contínuas sobre os processos de gestão da companhia, sobre a integridade dos sistemas de controles internos e auxiliar o comitê de auditoria em sua função de supervisão do processo de preparação e divulgação dos relatórios financeiros. No entanto, em 70% das empresas que possuem uma área de auditoria interna, estas não estão subordinadas ao comitê de auditoria.

A avaliação / indicação da contratação da auditoria independente é de responsabilidade do comitê de auditoria em 75% das companhias que instituíram este órgão. E, em 85% das empresas, os resultados dos trabalhos da auditoria independente são tratados com o comitê de auditoria antes de sua divulgação.

Entre as 12 empresas que em 2009 possuíam simultaneamente o Comitê de Auditoria e o Conselho Fiscal instalado, 66% delas coordenam as suas atividades para evitar a sobreposição de funções entre eles.

Entre as 13 empresas respondentes que instituíram o comitê de auditoria devido a exigência regulamentar, apenas uma informou que não manteria o comitê de auditoria em sua estrutura de governança caso a exigência de sua manutenção fosse suspensa.

4.3 Resultados da Análise de Correspondência – ANACOR

Como já abordado na seção 3.5, ANACOR é uma técnica exploratória (não confirmatória) que busca estudar a relação entre duas variáveis qualitativas, permitindo a visualização de associações entre as categorias dessas variáveis em um espaço multidimensional, permitindo assim identificar qualquer padrão ou estrutura nos dados.

Para a qualificação da variável a ser utilizado na aplicação do ANACOR, é necessário a rejeição da hipótese nula de igualdades de frequências, ou seja, é preciso rejeitar a hipótese de que as variáveis são independentes ou combinam-se de forma aleatória.

Partindo-se desta condição, inicialmente foram realizados testes exploratórios para verificar a existência de dependência entre as variáveis “Comitês do Conselho de Administração - CCA” com outras variáveis do estudo.

Os testes foram realizados com as seguintes variáveis: i) Segmento de Listagem – SEG_LIST; ii) Liquidez - LIQ; iii) Porte - PORT; iv) Tipo de Controle Acionário - TCA; v) Setor Econômico – SE; vi) Emissão de ADR's – ADR.

Como resultado verificou-se que três variáveis, LIQ, PORT e ADR, apresentam associação com a variável em estudo CCA, permitindo assim rejeitar a hipótese de que as variáveis são independentes ou que combinam-se de forma aleatória, o que permite, portanto, a aplicação da ANACOR. Em relação às variáveis SEG_LIST, TC, SE, estas combinam-se de forma

aleatória com a variável em estudo CCA, ou seja, as variáveis são independentes, não havendo associação entre elas, sendo assim descartadas para o teste.

4.3.1 Associação entre as variáveis Comitês do Conselho de Administração e Liquidez

Na Tabela 19 é apresentada a distribuição dos comitês do conselho das empresas de acordo com a liquidez de suas ações na BM&FBOVESPA.

Tabela 19 – Tabela de correspondência entre comitês do conselho e liquidez.

LIQ	CCA			
	Não possui Comitês	Outros Comitês	Comitê de Auditoria	Active Margin
Alta	3	7	13	23
Média	4	8	13	25
Baixa	21	9	22	52
Active Margin	28	24	48	100

No Gráfico 4, são apresentados os resultados da ANACOR.

Gráfico 4 – Análise de correspondência entre comitês do conselho e liquidez.

Através da análise do mapa perceptual gerado pela ANACOR, Gráfico 4, é possível identificar associações entre os tipos de comitê existentes no conselho de administração e a liquidez das empresas, com a formação de três grupos distintos.

O Gráfico 4 indica que empresas que possuem o comitê de auditoria em sua estrutura de governança apresentam liquidez mais alta, enquanto que, empresas que apresentam comitês, mas não os de auditoria, apresentam nível médio de liquidez de seus papéis na BM&FBOVESPA.

Contrapondo com esta característica, empresas que não possuem comitês em sua estrutura de governança apresentam as mais baixas liquidez entre as empresas pesquisadas.

4.3.2 Associação entre as variáveis Comitês do Conselho de Administração e Porte

Na Tabela 20 é apresentada a distribuição das empresas pelas categorias analisadas.

Tabela 20 - Tabela de correspondência entre comitês do conselho e porte.

PORT	CCA			
	Não possui Comitês	Outros Comitês	Comitê de Auditoria	Active Margin
Grd	1	8	14	23
Méd	3	6	11	20
Peq	24	10	23	57
Active Margin	28	24	48	100

No Gráfico 5, são apresentados os resultados da ANACOR.

Gráfico 5 - Análise de correspondência entre comitês do conselho e porte.

Através da análise do mapa perceptual gerado pela ANACOR, Gráfico 5, é possível identificar associações entre os tipos de comitê existentes no conselho de administração e o porte das empresas, com a formação de dois grupos distintos.

Claramente percebe-se a associação entre empresas de pequeno porte e a ausência de comitês em sua estrutura de governança. Contrapondo esta informação, verifica-se a associação de comitês e comitês de auditoria a empresas de médio e grande porte, com uma maior aproximação entre empresas de médio porte.

Como pode-se verificar no mapa, as empresas de grande porte estão mais associadas a outros comitês em sua estrutura de governança, apresentando um distanciamento maior para a presença de comitês de auditoria.

4.3.3 Associação entre as variáveis Comitês do Conselho de Administração e Emissão de ADR's

Na Tabela 21 é apresentada a distribuição das empresas pelas categorias analisadas.

Tabela 21 – Tabela de correspondência entre comitês do conselho e emissão de ADR's.

Correspondence Table				
ADR	CCA			
	Não possui Comitês	Outros Comitês	Comitê de Auditoria	Active Margin
Não emite	13	5	23	41
Outras ADR's	12	7	15	34
ADR's N2 ou N3	3	12	10	25
Active Margin	28	24	48	100

No Gráfico 6, são apresentados os resultados da ANACOR.

Gráfico 6 – Análise de correspondência entre comitês do conselho e emissão de ADR's.

Através da análise do mapa perceptual gerado pela ANACOR, Gráfico 6, é possível identificar associações entre os tipos de comitê existentes no conselho de administração e emissão de ADR's pelas empresas no mercado norte-americano, com a formação de três grupos distintos.

O Gráfico 6 indica que empresas que possuem o comitê de auditoria em sua estrutura de governança estão associadas a empresas que não emitem ADR's. Contrapondo a esta característica, verifica-se que empresas que emitem outras ADR's, onde o grau de exigências impostas a esses emissores são menores, estão associados a empresas que também não possuem comitês em sua estrutura de governança.

Destaca-se no mapa a associação entre empresas emissoras de ADR's Nível 2 e Nível 3 a outros comitês do conselho. Isso pode ser explicado pelo fato de que, entre as 25 empresas

emissoras deste tipo de ADR's, 60 % delas optaram por um conselho fiscal revestido de novas atribuições e responsabilidades, conhecido como “Conselho Fiscal Turbinado”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal da pesquisa foi verificar quais os fatores que motivaram empresas brasileiras de capital aberto a adotarem o Comitê de Auditoria como parte integrante de sua estrutura de Governança Corporativa. Secundariamente, a pesquisa também objetivou traçar o perfil e a forma de atuação dos membros que o integram, assim como as principais características que qualificam o especialista financeiro do referido órgão. Como complemento, investigou-se a associação entre características das companhias, como Liquidez, Porte e Emissão de ADR's, e a adoção ou não de comitês pelas companhias.

Selecionaram-se 100 companhias, de um universo de 420, com maior volume de negócios entre abril de 2009 e março de 2010 como amostra do estudo. Para esse grupo, um questionário foi submetido a fim de coletar informações referentes à estrutura geral dos comitês de auditoria, bem como informações sobre os motivos que as levaram a implantar o referido comitê. O questionário é composto de questões de natureza pública e privada. Para as companhias que não responderam ao questionário, foram preenchidas pelo pesquisador as questões de natureza pública, com o intuito de ampliar as análises da pesquisa.

O questionário foi respondido por 32 das 100 empresas selecionadas, o que representou 32% da amostra e 7,6% da população de empresas negociadas na BM&FBOVESPA. Em relação ao volume de negociação, essas 32 empresas negociaram um volume de R\$ 57 bilhões, o que representou 59% do volume médio mensal negociado pelas empresas da amostra e 53% do volume médio mensal negociado na BM&FBOVESPA.

A pesquisa foi dividida em duas partes inter-relacionadas. Na primeira parte, buscou-se interpretar os resultados provenientes do questionário utilizando-se de técnicas estatísticas simples, com o intuito de descrever os resultados, utilizando-se, principalmente, de tabelas estruturadas e diferentes formas de gráficos. Na segunda parte, estudou-se as associações entre características das companhias, com a sua opção de adotarem ou não o comitê de auditoria em sua estrutura de governança corporativa. Para tanto, utilizou-se a Análise de Correspondência (ANACOR), uma técnica exploratória (não confirmatória) que tem como objetivo descobrir possíveis associações entre variáveis em um espaço multidimensional.

Em relação à primeira parte da pesquisa, as análises descritivas do questionário permitem extrair alguns resultados interessantes:

- Grande parte das empresas que adotaram a figura do comitê em sua estrutura de governança possui dois ou mais comitês para suporte às atividades do Conselho de Administração, sendo os Comitês de Auditoria e o Comitê de Recursos Humanos e Remuneração os que apresentam a maior incidência;
- O Conselho Fiscal é parte integrante da estrutura de governança das empresas, presentes em 63% das empresas da amostra, sendo 38% de funcionamento permanente;
- A maioria (60%) das empresas pesquisadas que emitem ADR's Nível 2 e 3 optou por adotar o Conselho Fiscal revestido de novas atribuições e responsabilidades ao invés de implementar o Comitê de Auditoria;
- Para as empresas pesquisadas, o principal estímulo para o início da implementação do comitê de auditoria em escala mais representativa adveio de imposição normativa. Como incentivo interno houve a Resolução nº 3.198 do Conselho Monetário Nacional, com relação a incentivos externos tem-se a exigência imposta pela Lei Sarbanes-Oxley, cujo prazo para a implantação do comitê de auditoria era o exercício fiscal de 2005;
- Houve uma concentração significativa na adoção do comitê de auditoria no ano de 2005;
- Em três setores econômicos há predominância na adoção do comitê de auditoria, onde 100% das empresas do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, assim como as empresas do setor de Tecnologia da Informação adotaram o comitê de auditoria em sua estrutura de governança. O setor Financeiro é outro setor de destaque com 69% de adoção do comitê de auditoria entre suas empresas;
- Dentre o perfil dos membros do Comitê de Auditoria, a grande maioria (93,5%) são homens, formados em engenharia ou economia. A média etária dos membros do comitê é de 57 anos e 74% dos membros tem mais de 50 anos. Quanto ao especialista

financeiro, observou-se que a formação predominante é em Ciências Contábeis e Administração de Empresas. A grande maioria dos membros do comitê de auditoria (69%) tem curso de pós-graduação, com predominância em MBA;

- Em 77% das empresas que adotaram o comitê de auditoria em sua estrutura de governança há pelo menos um conselheiro independente entre os seus membros. No entanto, quando considerado a presença de conselheiros, independentes ou não, este índice é de 90%;
- Entre as empresas não financeiras, em média os membros do comitê de auditoria dedicam 10 horas mensais as atividades do comitê;

O principal intuito do questionário era identificar os principais determinantes, ou estímulos, à adoção do comitê de auditoria pelas companhias. Nesse sentido, pelas respostas das próprias companhias, os principais determinantes para a adoção do comitê de auditoria foram: i) apoiar as atividades do Conselho de Administração; ii) atender à legislação norte-americana - SOX; iii) incrementar o sistema e as práticas de governança corporativa; e iv) atender à Resolução do CMN / BACEN. Esses resultados são de suma importância para o trabalho, visto que respondem à questão de pesquisa enunciada na introdução.

Em relação aos resultados da segunda parte da pesquisa, foram verificadas associações entre características comuns entre as empresas e a opção de adotarem, ou não, comitês em sua estrutura de governança através da aplicação da ANACOR. Das características testadas, apenas três apresentaram significância estatística, a saber: i) liquidez; ii) porte; e iii) emissão de ADR's.

De forma geral, os resultados sugerem que empresas com alta liquidez estão fortemente associadas com a adoção de comitês de auditoria e empresas com baixa liquidez estão associadas à ausência de comitês em sua estrutura de governança. Outro resultado obtido foi com relação ao porte das companhias. Pela ANACOR, foi possível verificar a associação de comitês de auditoria e outros comitês do conselho a empresas de médio e grande porte, com uma maior aproximação entre empresas de médio porte. Por fim, observou-se que empresas que emitem ADR's cujos níveis de exigências são mais baixos (ADR's Nível 1 e Regra 144-

A) estão associadas com a ausência de comitês, enquanto que as empresas que emitem ADR's Nível 2 e 3, estão associadas com a adoção de comitês em suas estruturas de governança corporativas, mas não necessariamente o comitê de auditoria. Esse resultado pode ser explicado pela flexibilidade existente na legislação norte-americana que possibilita às empresas optarem pela adaptação do Conselho Fiscal às normas da SEC sem a necessidade da implantação do Comitê de Auditoria.

Todavia, é necessário salientar as limitações inerentes à pesquisa. A primeira importante limitação é com relação à amostra, tendo em vista que as companhias não foram selecionadas aleatoriamente, e sim pelo volume de transações. Logo, há um viés de seleção na amostra, cujo resultado direto é a impossibilidade de generalização dos resultados. Em seguida, cabe salientar que as definições apresentadas na pesquisa também podem ser criticadas, tendo em vista que o conceito de governança corporativa está limitado às características do comitê de auditoria. As técnicas estatísticas também podem ser criticadas, pois as análises descritivas e ANACOR não permitem afirmar haver causalidade entre as variáveis estudadas.

Contudo, os resultados obtidos não esgotam o assunto. Ao contrário, os diversos assuntos abordados instigam à realização de novas pesquisas sobre o comitê de auditoria e seu papel na credibilidade das informações financeiras disponibilizadas aos diversos *stakeholders*. A título de sugestão, apresenta-se a oportunidade de se analisar a existência de determinantes da adoção do comitê de auditoria em relação às variáveis financeiras e operacionais. Também poderia ser investigado se o percentual de conselheiros independentes no Conselho de Administração influencia na adoção do comitê de auditoria. Por fim, poderia ser investigado se o Comitê de Auditoria influencia na qualidade da informação contábil, como o nível de gerenciamento de resultados e conservadorismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cesar de Alencar Leme de. **A atuação dos comitês de auditoria e conselhos fiscais nas empresas brasileiras sujeitas à regulamentação da SEC – *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América**. São Paulo. 2008. (102 p.). Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003. (592 p.)

ATTIE, Willian. **Auditoria Interna**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. (284 p.)

BECHT, Marco *et al.* *Corporate Governance and Control. European Corporate Governance Institute*. Finance Working Paper n. 02/2002. 2002. Disponível em <http://ssrn.com/abstract_id=343461>. Acesso em: 12 de julho de 2009.

BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS DE SÃO PAULO. **Resolução nº 282/02-CA**. Dispõe acerca do registro na Bolsa de Valores de São Paulo de companhias abertas. Disponível em <<http://www.bmfbovespa.com.br>>. Acesso em: 03/03/2010.

BRASIL. Lei das Sociedades por Ações, **Lei nº 6.404**, de 15/12/1976. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 03/03/2010.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Deliberação nº 549**, de 10/09/2008. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 03/03/2010.

_____. **Instrução nº 308**, de 14/05/1999. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 03/03/2010.

_____. **Recomendações da CVM sobre governança corporativa**. 2002. Disponível em <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 12 de julho de 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 820**, de 17/12/1997. Disponível em <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 03/03/2010.

_____. **Resolução nº 1.203**, de 27/09/2009. Disponível em <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 03/03/2010.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. **Resolução nº 2.554**, de 29/09/1998. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 03/03/2010.

_____. **Resolução nº 3.198**, de 27/05/2004. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 03/03/2010.

_____. **Resolução nº 3.606**, de 11/09/2008. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 03/03/2010.

CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS. **Resolução nº 118**, de 22/12/2004. Disponível em <<http://www.susep.gov.br>>. Acesso em: 03/03/2010.

DENIS, Diane; McCONNELL, John. *International corporate governance*. **Journal of Financial and Quantitative Analysis**. v. 38, n.1, p. 1-36, March 2003.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia; SILVA, Fabiana Lopes da; CHAN, Betty Lilian. **Análise de Dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. (646 p.)

FIGUEIRA, Ana Paula Couceiro. Faça você mesmo... Procedimento ANACOR passo a passo. **Revista Iberoamericana de Educación**. Universidade de Coimbra, Portugal.

GILLAN, Stuart L. *Recent Developments in Corporate Governance: An Overview*. **Journal of Corporate Finance**. v. 12, n. 3, p. 381-402, 2006.

GUERRA, Sandra. **Os papéis do Conselho de Administração em empresas listadas no Brasil**. São Paulo. 2009. (p. 214). Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

HENNESSEY, Sean M. *Corporate Governance Mechanisms in Action: The Case of Air Canada*. **Working Paper**, May, 2004. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=544843>. Acesso em: 08 de julho de 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 4. ed. 2009. Disponível em <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 10 de setembro de 2009a.

_____. **Guia de Orientação para Melhores Práticas de Comitês de Auditoria**. Caderno 7. 2009. Disponível em <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 03 de dezembro de 2009b.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; LOPES, Alexsandro Broedel. **Teoria Avançada da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004. (304 p.)

JENSEN, Michael, MECKLING, William. *Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure*. **Journal of Financial Economics**, v. 3, p. 305-360, out. 1976.

JENSEN, Michael. *A Theory of the firm: governance, residual claims, and organizations forms*. **Harvard University Press**, 2001. (320 p.)

KPMG; CEG – Centro de Estudos em Governança Corporativa. **A governança corporativa e o mercado de capitais: um panorama atual das corporações brasileiras na BM&FBOVESPA e nas Bolsas norte-americanas**. 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. (297 p.)

LA PORTA, Rafael; LOPEZ-DE-SILANES, Florencio; SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert. *Investor protection and corporate governance*. **Journal of Financial Economics**, v. 58, p. 3-27, out. 2000.

LEAL, Ricardo P.; CARVALHAL-DA-SILVA, André L.; VALADARES, Sylvia M. *Ownership, Control and Corporate Valuation of Brazilian Companies*. **Proceedings of Latin American Corporate Governance Roundtable**, São Paulo, 2000.

LOPES, Alexandre Broedel. **A Informação Contábil e o Mercado de Capitais**. São Paulo: Thomson, 2002. (148 p.)

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007. (225 p.)

OLIVEIRA, Alexandre Queiroz de; SANTOS, Neusa Maria B. F. dos. Rodízio de firmas de auditoria: A experiência brasileira e as conclusões do mercado. **Revista Contabilidade e Finanças**. USP. São Paulo. v. 18. n. 45. p. 91 - 100. set/dez. 2007.

OLIVEIRA, Marcelle Colares; LINHARES, Juliana e Silva. A Implantação de Controle Interno Adequado às Exigências da Lei *Sarbanes-Oxley* em Empresas Brasileiras – Um Estudo de Caso. Congresso USP Controladoria e Contabilidade, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Congresso USP, 2006.

PETERS, Marcos. **Implantando e Gerenciando a Lei Sarbanes Oxley: Governança corporativa agregando valor aos negócios**. São Paulo: Atlas, 2007. (80 p.)

RUIGROK, Winfried; PECK, Simon; TACHEVA, Sabina; GREVE, Peder; HU, Yan. *The Determinants and Effects of Board Nomination Committees*. **Journal of Management Governance**, v.10, p.119-148, 2006.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw Hill, 2006. (608 p.)

SANTOS, Aldomar Guimarães dos. **Comitê de Auditoria: Uma Análise Baseada na Divulgação de Empresas Brasileiras**. São Paulo. 2009. (p. 179). Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

Sarbanes & Oxley Act of 2002 – SOX. Disponível em <<http://www.sec.gov>>. Acesso em 12/08/2009.

SANTOS, Rafael Liza; SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. Board Interlocking no Brasil: A Participação de Conselheiros em Múltiplas Companhias e seu Efeito sobre o Valor das Empresas. **Revista Brasileira de Finanças**. v. 5, n. 2, p. 125-163, 2007.

SHLEIFER, Andrei, VISHNY, Robert. *A survey of corporate governance*. **Journal of Finance**. v. 52, n. 2, p. 737-783, 1997.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. **Governança Corporativa, Desempenho e Valor da Empresa no Brasil**. São Paulo. 2002. (152 p.). Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. **Governança Corporativa e estrutura de Propriedade: Determinantes e Relação com o Desempenho das Empresas no Brasil**. São Paulo. 2004. (250 p.). Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

SPIRA, Laura F. *An Evolutionary Perspective on Audit Committee Effectiveness*. **Corporate Governance: An International Review**. v. 6, p. 29-38, 1998.

VALADARES, Sílvia Mourthé; LEAL, Ricardo P. Câmara. *Ownership and Control Structure of Brazilian Companies*. **Revista Abante**. v. 3, p. 29-56, out. 1999/abr. 2000.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009. (102 p.)

APÊNDICES

Apêndice 1: Questionário da *Survey* enviado para as empresas

Apêndice 2: Amostra de Empresas pesquisadas

Apêndice 3: Empresas que adotaram o Comitê de Auditoria por setor econômico

Apêndice 4: Empresas pesquisadas por setor econômico

APÊNDICE 1: QUESTIONÁRIO DA SURVEY ENVIADO PARA AS EMPRESAS **USP - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO** **FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE****PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE E CONTROLADORIA****Pesquisa sobre as práticas do Comitê de Auditoria em empresas listadas na BOVESPA**

Caro(a) Sr(a) Diretor de Relações com Investidores,

Diante da atual realidade dos mercados financeiros no Brasil e no Mundo, a sociedade, as instituições, os agentes e os governos passaram a demandar por mecanismos de controle que possibilitem a mitigação dos riscos da ocorrência de eventos que impliquem em novas crises.

Como resposta a esta necessidade, a governança corporativa das empresas com seus mecanismos de controle (o conselho de administração e seus comitês, o conselho fiscal, a auditoria independente, os sistemas de controles internos e a auditoria interna), apresenta-se como ferramenta para a mitigação desses riscos.

Corroborando com este entendimento, órgãos reguladores destacam os elementos de controle em suas regulamentações, com especial destaque para elementos de governança corporativa, como a presença de conselhos e comitês independentes, capazes de garantir que os relatórios emitidos representem a real situação econômica e financeira das empresas.

Assim, analisando-se a legislação existente tanto no âmbito nacional como no internacional, é possível verificar que o Comitê de Auditoria recebeu atenção especial de vários organismos

reguladores relacionando-o com a qualidade e confiabilidade das demonstrações contábeis, por se tratar de um órgão capaz de opinar de forma isenta e independente sobre diversos elementos de controle da empresa.

Neste sentido, esta pesquisa tem o objetivo de verificar o papel do Comitê de Auditoria nas empresas listadas na BOVESPA para a elaboração de uma dissertação de Mestrado em Controladoria e Contabilidade. Este trabalho objetiva ampliar os conhecimentos sobre o órgão Comitê de Auditoria e suas práticas em empresas brasileiras de capital aberto, identificando a forma de atuação, a composição e o perfil de seus membros.

Para atingir o referido objetivo, juntamente com esta carta de apresentação segue também um questionário para ser respondido pela empresa, tendo como base a situação em 31/12/2009. Idealmente os dados devem ser preenchidos pelo Secretário(a) do Comitê de Auditoria ou do Conselho de Administração.

As informações prestadas em nenhuma hipótese serão divulgadas de maneira individualizada, garantindo, assim, sigilo absoluto da entidade e de suas informações. Ao final da pesquisa, os resultados deste trabalho serão disponibilizados a todos os participantes.

Caso sejam necessários esclarecimentos, poderei ser contatado através dos seguintes canais de comunicação: i) telefone: (11) 8620-6081 ou 3881-8512; e ii) e-mail: pcfea@usp.br.

Para a devolução do questionário, poderão ser utilizados os seguintes meios: i) correio: Rua Alméria, 787 Bl. 03 Apto 34, São Paulo - SP, 03654-000; ii) e-mail: pcfea@usp.br; ou iii) fax: (11) 3091-5822.

Certo da atenção que V.Sa irá dispensar a este pedido, subscrevo-me.

São Paulo, 12 de julho de 2010.

Atenciosamente,

Paulo César da Silva Siqueira de Souza

pcfea@usp.br

Rua Alméria, 787 Bl. 03 Apto 34 - 03654-000 – São Paulo – SP

Tel: (+55 11) 3881 8512 / (55 11) 8620-6081

Orientador da Pesquisa:

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro

reiguerr@usp.br

Av. Prof. Luciano Gualberto, 908 - 05508-900 – Cidade Universitária - São Paulo – SP

Tel: (+55 11) 3091 5820

Identificação da Empresa

NOME DA EMPRESA

Sr(a) Diretor de Relações com Investidores,

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____

Telefone: (____) _____ Ramal: _____

E-mail: _____

Identificação da área respondente

Por favor, forneça os dados para que possamos entrar em contato caso tenhamos alguma dúvida sobre o preenchimento do questionário.

Área Respondente: _____

Nome do Respondente: _____

Telefone: (____) _____ Ramal: _____

E-mail: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____

Questionário

1. A empresa possui comitês do Conselho de Administração?
() Sim () Não
2. Quantos Comitês?
() 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () outros: _____
3. Quais?
 - i. _____
 - ii. _____
 - iii. _____
 - iv. _____
 - v. _____
 - vi. _____
 - vii. _____
 - viii. _____
4. A empresa possui Conselho Fiscal instalado?
() Sim () Não
5. O Conselho Fiscal é permanente?
() Sim () Não
6. A empresa possui Comitê de Auditoria?
() Sim () Não
7. Quando o Comitê de Auditoria foi implantado (mês/ano)?
_____ / _____
8. Qual(is) o(s) fator(es) que motivou(ram) a sua implantação? Caso indique mais do que um, classifique-os por ordem de relevância.

9. Quantos membros compõem o Comitê de Auditoria?
() 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () outros: _____
10. Quantos membros do Comitê de Auditoria são conselheiros?
() 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () outros: _____

11. Quantos membros do Comitê de Auditoria são independentes?

() 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () outros: _____

12. Quantos membros do Comitê de Auditoria são executivos da empresa?

() 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () outros: _____

13. Membros do Comitê

i. Nome: _____

Idade: _____

Formação: _____

Possui pós-graduação? () Sim () Não

() MBA () Mestrado () Doutorado

É conselheiro da empresa? () Sim () Não

É conselheiro independente*? () Sim () Não

É ou foi executivo da empresa nos últimos 03 anos? () É () Foi () Não

É o especialista financeiro do comitê? () Sim () Não

Quantas horas por mês são dedicadas às atividades do Comitê? _____

Participa de conselhos e/ou comitês de outras empresas? () Sim () Não

Quantos? () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () outros: _____

ii. Nome: _____

Idade: _____

Formação: _____

Possui pós-graduação? () Sim () Não

() MBA () Mestrado () Doutorado

É conselheiro da empresa? () Sim () Não

É conselheiro independente*? () Sim () Não

É ou foi executivo da empresa nos últimos 03 anos? () É () Foi () Não

É o especialista financeiro do comitê? () Sim () Não

Quantas horas por mês são dedicadas às atividades do Comitê? _____

Participa de conselhos e/ou comitês de outras empresas? () Sim () Não

Quantos? () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () outros: _____

iii. Nome: _____

Idade: _____

Formação: _____

Possui pós-graduação? () Sim () Não

() MBA () Mestrado () Doutorado

É conselheiro da empresa? () Sim () Não

É conselheiro independente*? () Sim () Não

É ou foi executivo da empresa nos últimos 03 anos? () É () Foi () Não

É o especialista financeiro do comitê? () Sim () Não

Quantas horas por mês são dedicadas às atividades do Comitê? _____

Participa de conselhos e/ou comitês de outras empresas? () Sim () Não

Quantos? () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () outros: _____

iv. Nome: _____
 Idade: _____
 Formação: _____
 Possui pós-graduação? () Sim () Não
 () MBA () Mestrado () Doutorado
 É conselheiro da empresa? () Sim () Não
 É conselheiro independente*? () Sim () Não
 É ou foi executivo da empresa nos últimos 03 anos? () É () Foi () Não
 É o especialista financeiro do comitê? () Sim () Não
 Quantas horas por mês são dedicadas às atividades do Comitê? _____
 Participa de conselhos e/ou comitês de outras empresas? () Sim () Não
 Quantos? () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () outros: _____

v. Nome: _____
 Idade: _____
 Formação: _____
 Possui pós-graduação? () Sim () Não
 () MBA () Mestrado () Doutorado
 É conselheiro da empresa? () Sim () Não
 É conselheiro independente*? () Sim () Não
 É ou foi executivo da empresa nos últimos 03 anos? () É () Foi () Não
 É o especialista financeiro do comitê? () Sim () Não
 Quantas horas por mês são dedicadas às atividades do Comitê? _____
 Participa de conselhos e/ou comitês de outras empresas? () Sim () Não
 Quantos? () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () outros: _____

14. Qual a experiência profissional do especialista financeiro?
 () Auditoria Externa. _____ anos.
 () Auditoria Interna. _____ anos.
 () Controller. _____ anos.
 () CEO. _____ anos.
 () CFO. _____ anos.
 () Docência em contabilidade / finanças. _____ anos.
 () Elaboração de Demonstrações Financeiras. _____ anos.
 () US-GAAP / IFRS. _____ anos.
 () Contador. _____ anos.
 () Analista Financeiro. _____ anos.
 () Outras. Quais? _____ anos.
 Quais? _____ anos.
 Quais? _____ anos.
 Quais? _____ anos.

15. Quantas reuniões do Comitê de Auditoria são realizadas por ano?
 () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () outras: _____

16. Qual a periodicidade das reuniões do Comitê de Auditoria?
☐ Mensal ☐ Bimestral
☐ Trimestral ☐ Quadrimestral
☐ Semestral ☐ outras: _____
17. Qual é a duração média (em horas) das reuniões do Comitê de Auditoria?
_____ horas.
18. Qual o intervalo médio de tempo (em dias) existente entre as reuniões do Comitê de Auditoria e as reuniões do Conselho de Administração?
_____ dias.
19. A empresa possui Auditoria Interna?
☐ Sim ☐ Não
20. A Auditoria Interna está subordinada ao Comitê de Auditoria?
☐ Sim ☐ Não
21. A avaliação / indicação sobre a contratação da Auditoria Independente é responsabilidade do Comitê de Auditoria?
☐ Sim ☐ Não
22. Para as empresas que possuem Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria instalados, os trabalhos entre e os órgãos são coordenados para que não haja sobreposição de funções?
☐ Sim ☐ Não
23. Os resultados dos trabalhos da Auditoria Independente são tratados com o Comitê de Auditoria antes da sua divulgação?
☐ Sim ☐ Não
24. Para as empresas que o Comitê de Auditoria é item obrigatório (Conglomerados Financeiros, empresas Emissoras de ADR's, etc), caso a obrigatoriedade da manutenção do Comitê de Auditoria fosse suspensa, a empresa manteria este órgão?
☐ Sim ☐ Não
25. Quais os principais motivos que justifiquem a sua manutenção? Caso indique mais do que um, classifique-os por ordem de relevância.

26. Qual o custo anual das atividades do Comitê de Auditoria (estrutura física, pessoal e despesas diversas)?

R\$ _____ mil.

27. A empresa tem disponibilidade para participar de entrevista sobre o assunto?

() Sim () Não

28. Caso Positivo, indique o contato para agendamento.

Nome: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Nota:

* A definição para conselheiro independente é a adotada pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e se caracteriza por:

- Não ter qualquer vínculo com a organização, exceto participação não relevante no capital;
- Não ser sócio controlador, membro do grupo de controle ou de outro grupo com participação relevante, cônjuge ou parente até segundo grau destes, ou ligado a organizações relacionadas ao sócio controlador;
- Não ter sido empregado ou diretor da organização (ou de suas subsidiárias) há pelo menos, 3 (três) anos;
- Não ser ou ter sido, há menos de 3 (três) anos, conselheiro de organização controlada;
- Não estar fornecendo, comprando ou oferecendo (negociando), direta ou indiretamente, serviços e/ou produtos à organização em escala relevante para o conselheiro ou a organização;
- Não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum diretor ou gerente da organização;
- Não receber outra remuneração da organização, além dos honorários de conselheiro (dividendos oriundos de participação não relevante no capital estão excluídos desta restrição);
- Não ter sido sócio, nos últimos 3 (três) anos, de firma de auditoria que audite ou tenha auditado a organização neste mesmo período;

Agradecimentos e Encerramento

Obrigado pelo seu tempo e atenção dedicados ao preenchimento deste questionário. Por favor, assinale abaixo se gostaria de receber um resumo dos resultados desta pesquisa quando esta for concluída.

() Sim. A empresa quer receber um resumo dos resultados.

Enviar para:

Área ou Departamento: _____

Nome: _____

Cargo: _____

E-mail: _____

Tel.: (____) _____ Ramal: _____

APÊNDICE 2: AMOSTRA DE EMPRESAS PESQUISADAS

	RAZÃO SOCIAL	NOME DE PREGÃO	SEGMENTO DE LISTAGEM
1	PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS	PETROBRAS	TRADICIONAL
2	VALE S.A.	VALE	N1
3	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	ITAUUNIBANCO	N1
4	OGX PETROLEO E GAS PARTICIPACOES S.A.	OGX PETROLEO	NM
5	BMFBOVESPA S.A. BOLSA VALORES MERC FUT	BMFBOVESPA	NM
6	BCO BRADESCO S.A.	BRADESCO	N1
7	USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A.-USIMINAS	USIMINAS	N1
8	GERDAU S.A.	GERDAU	N1
9	CIA SIDERURGICA NACIONAL	SID NACIONAL	TRADICIONAL
10	CIELO S.A.	CIELO	NM
11	BCO BRASIL S.A.	BRASIL	NM
12	REDECARD S.A.	REDECARD	NM
13	CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS	ELETROBRAS	N1
14	CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDE E PART	CYRELA REALT	NM
15	BRF - BRASIL FOODS S.A.	BRF FOODS	NM
16	CIA BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV	AMBEV	TRADICIONAL
17	GVT (HOLDING) S.A.	GVT HOLDING	TRADICIONAL
18	CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	CEMIG	N1
19	ALL AMERICA LATINA LOGISTICA S.A.	ALL AMER LAT	N2
20	GAFISA S.A.	GAFISA	NM
21	PDG REALTY S.A. EMPREENDE E PARTICIPACOES	PDG REALT	NM
22	TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A.	TELEMAR	TRADICIONAL
23	MMX MINERACAO E METALICOS S.A.	MMX MINER	NM
24	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	SANTANDER BR	N2
25	LOJAS RENNER S.A.	LOJAS RENNER	NM
26	BRASIL ECODIESEL IND COM BIO.OL.VEG.S.A.	ECODIESEL	NM
27	MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	MRV	NM
28	GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A.	GOL	N2
29	CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO	P.ACUCAR-CBD	N1
30	LOJAS AMERICANAS S.A.	LOJAS AMERIC	TRADICIONAL

	RAZÃO SOCIAL	NOME DE PREGÃO	SEGMENTO DE LISTAGEM
31	ROSSI RESIDENCIAL S.A.	ROSSI RESID	NM
32	CIA CONCESSOES RODOVIARIAS	CCR RODOVIAS	NM
33	B2W - COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO	B2W VAREJO	NM
34	CESP - CIA ENERGETICA DE SAO PAULO	CESP	N1
35	TAM S.A.	TAM S/A	N2
36	TELEC BRASILEIRAS S.A. TELEBRAS	TELEBRAS	TRADICIONAL
37	NET SERVICOS DE COMUNICACAO S.A.	NET	N2
38	VIVO PARTICIPACOES S.A.	VIVO	TRADICIONAL
39	LLX LOGISTICA S.A.	LLX LOG	NM
40	NATURA COSMETICOS S.A.	NATURA	NM
41	COSAN S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	COSAN	NM
42	TIM PARTICIPACOES S.A.	TIM PART S/A	TRADICIONAL
43	JBS S.A.	JBS	NM
44	EMBRAER-EMPRESA BRAS DE AERONAUTICA S.A.	EMBRAER	NM
45	ELETROPAULO METROP. ELET. SAO PAULO S.A.	ELETROPAULO	N2
46	ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A.	ULTRAPAR	N1
47	FIBRIA CELULOSE S.A.	FIBRIA	N1
48	CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	COPEL	N1
49	LIGHT S.A.	LIGHT S/A	TRADICIONAL
50	CPFL ENERGIA S.A.	CPFL ENERGIA	TRADICIONAL
51	SOUZA CRUZ S.A.	SOUZA CRUZ	TRADICIONAL
52	BRASKEM S.A.	BRASKEM	N1
53	HYPERMARCAS S.A.	HYPERMARCAS	NM
54	BR MALLS PARTICIPACOES S.A.	BR MALLS PAR	NM
55	MARFRIG ALIMENTOS S/A	MARFRIG	NM
56	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	TRACTEBEL	NM
57	LOCALIZA RENT A CAR S.A.	LOCALIZA	NM
58	BROOKFIELD INCORPORAÇÕES S.A.	BROOKFIELD	NM
59	FERTILIZANTES FOSFATADOS S.A.- FOSFERTIL	FOSFERTIL	TRADICIONAL
60	DIAGNOSTICOS DA AMERICA S.A.	DASA	NM
61	BRASIL TELECOM S.A.	BRASIL TELEC	TRADICIONAL
62	AES TIETE S.A.	AES TIETE	TRADICIONAL
63	CIA SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO	SABESP	NM
64	EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	ENERGIAS BR	NM
65	CTEEP - CIA TRANS. ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA	TRAN PAULIST	N1

	RAZÃO SOCIAL	NOME DE PREGÃO	SEGMENTO DE LISTAGEM
66	MPX ENERGIA S.A.	MPX ENERGIA	NM
67	KLABIN S.A.	KLABIN S/A	TRADICIONAL
68	MULTIPLAN - EMPREEND IMOBILIARIOS S.A.	MULTIPLAN	N2
69	LUPATECH S.A.	LUPATECH	NM
70	KEPLER WEBER S.A.	KEPLER WEBER	TRADICIONAL
71	PARANAPANEMA S.A.	PARANAPANEMA	N1
72	DURATEX S.A.	DURATEX	NM
73	PLASCAR PARTICIPACOES INDUSTRIAIS S.A.	PLASCAR PART	TRADICIONAL
74	BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.	BANRISUL	N1
75	PORTO SEGURO S.A.	PORTO SEGURO	NM
76	TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA	TERNA PART	N2
77	CIA SANEAMENTO DE MINAS GERAIS-COPASA MG	COPASA	NM
78	WEG S.A.	WEG	NM
79	MAGNESITA REFRATARIOS S.A.	MAGNESITA SA	NM
80	SUL AMERICA S.A.	SUL AMERICA	N2
81	TOTVS S.A.	TOTVS	NM
82	TELEC DE SAO PAULO S.A. - TELESP	TELESP	TRADICIONAL
83	INPAR S.A.	INPAR S/A	NM
84	POSITIVO INFORMATICA S.A.	POSITIVO INF	NM
85	CONFAB INDUSTRIAL S.A.	CONFAB	N1
86	JHSF PARTICIPACOES S.A.	JHSF PART	NM
87	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S.A	ANHANGUERA	N2
88	CETIP - BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIV.	CETIP	NM
89	AÇUCAR GUARANI S.A.	GUARANI	NM
90	RANDON S.A. IMPLEMENTOS E PARTICIPACOES	RANDON PART	N1
91	ODONTOPREV S.A.	ODONTOPREV	NM
92	AMIL PARTICIPACOES S.A.	AMIL	NM
93	BCO PANAMERICANO S.A.	PANAMERICANO	N1
94	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	EQUATORIAL	NM
95	AMERICAN BANKNOTE S.A.	ABNOTE	NM
96	IOCHPE MAXION S.A.	IOCHP-MAXION	NM
97	SLC AGRICOLA S.A.	SLC AGRICOLA	NM
98	CONSTRUTORA TENDA S.A.	TENDA	TRADICIONAL
99	BRASIL BROKERS PARTICIPACOES S.A.	BR BROKERS	NM
100	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	OHL BRASIL	NM

**APÊNDICE 3: EMPRESAS QUE ADOTARAM O COMITÊ
DE AUDITORIA POR SETOR ECONÔMICO**

SETOR ECONÔMICO	RAZÃO SOCIAL
BENS INDUSTRIAIS	IOCHPE MAXION S.A.
CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE	ALL AMERICA LATINA LOGISTICA S.A. BROOKFIELD INCORPORAÇÕES S.A. CIA CONCESSOES RODOVIARIAS GAFISA S.A. GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A. JHSF PARTICIPACOES S.A. LLX LOGISTICA S.A. TAM S.A.
CONSUMO CÍCLICO	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S.A B2W - COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO LOCALIZA RENT A CAR S.A.
CONSUMO NÃO CÍCLICO	COSAN S.A. INDUSTRIA E COMERCIO JBS S.A. MARFRIG ALIMENTOS S/A NATURA COSMETICOS S.A. ODONTOPREV S.A. SOUZA CRUZ S.A.
FINANCEIRO E OUTROS	BCO BRADESCO S.A. BCO BRASIL S.A. BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. BCO PANAMERICANO S.A. BCO SANTANDER (BRASIL) S.A. BMFBOVESPA S.A. BOLSA VALORES MERC FUT CIELO S.A. ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. PORTO SEGURO S.A. REDECARD S.A. SUL AMERICA S.A.

SETOR ECONÔMICO	RAZÃO SOCIAL
MATERIAIS BÁSICOS	CIA SIDERURGICA NACIONAL DURATEX S.A. FIBRIA CELULOSE S.A. MMX MINERACAO E METALICOS S.A. USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A.-USIMINAS
PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS	BRASIL ECODIESEL IND COM BIO.OL.VEG.S.A. OGX PETROLEO E GAS PARTICIPACOES S.A. PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	POSITIVO INFORMATICA S.A. TOTVS S.A.
TELECOMUNICAÇÕES	TELEC DE SAO PAULO S.A. - TELESP VIVO PARTICIPACOES S.A.
UTILIDADE PÚBLICA	CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL CIA SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO CTEEP - CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A. LIGHT S.A. MPX ENERGIA S.A. TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

APÊNDICE 4: EMPRESAS PESQUISADAS POR SETOR ECONÔMICO

SETOR ECONÔMICO	RAZÃO SOCIAL
BENS INDUSTRIAIS	AMERICAN BANKNOTE S.A. EMBRAER-EMPRESA BRAS DE AERONAUTICA S.A. IOCHPE MAXION S.A. KEPLER WEBER S.A. LUPATECH S.A. PLASCAR PARTICIPACOES INDUSTRIAIS S.A. RANDON S.A. IMPLEMENTOS E PARTICIPACOES WEG S.A.
CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE	ALL AMERICA LATINA LOGISTICA S.A. BRASIL BROKERS PARTICIPACOES S.A. BROOKFIELD INCORPORAÇÕES S.A. CIA CONCESSOES RODOVIARIAS CONSTRUTORA TENDA S.A. CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREENDE E PART GAFISA S.A. GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A. INPAR S.A. JHSF PARTICIPACOES S.A. LLX LOGISTICA S.A. MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A. OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. PDG REALTY S.A. EMPREENDE E PARTICIPACOES ROSSI RESIDENCIAL S.A. TAM S.A.
CONSUMO CÍCLICO	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S.A B2W - COMPANHIA GLOBAL DO VAREJO LOCALIZA RENT A CAR S.A. LOJAS AMERICANAS S.A. LOJAS RENNER S.A. NET SERVICOS DE COMUNICACAO S.A.

SETOR ECONÔMICO	RAZÃO SOCIAL
CONSUMO NÃO CÍCLICO	AÇUCAR GUARANI S.A. AMIL PARTICIPACOES S.A. BRF - BRASIL FOODS S.A. CIA BEBIDAS DAS AMERICAS - AMBEV CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO COSAN S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DIAGNOSTICOS DA AMERICA S.A. HYPERMARCAS S.A. JBS S.A. MARFRIG ALIMENTOS S/A NATURA COSMETICOS S.A. ODONTOPREV S.A. SLC AGRICOLA S.A. SOUZA CRUZ S.A.
FINANCEIRO E OUTROS	BCO BRADESCO S.A. BCO BRASIL S.A. BCO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. BCO PANAMERICANO S.A. BCO SANTANDER (BRASIL) S.A. BMFBOVESPA S.A. BOLSA VALORES MERC FUT BR MALLS PARTICIPACOES S.A. CETIP S.A. - BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIV. CIELO S.A. ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. MULTIPLAN - EMPREEND IMOBILIARIOS S.A. PORTO SEGURO S.A. REDECARD S.A. SUL AMERICA S.A. TELEC BRASILEIRAS S.A. TELEBRAS ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A.
PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS	BRASIL ECODIESEL IND COM BIO.OL.VEG.S.A. OGX PETROLEO E GAS PARTICIPACOES S.A. PETROLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	POSITIVO INFORMATICA S.A. TOTVS S.A.

SETOR ECONÔMICO	RAZÃO SOCIAL
MATERIAIS BÁSICOS	BRASKEM S.A. CIA SIDERURGICA NACIONAL CONFAB INDUSTRIAL S.A. DURATEX S.A. FERTILIZANTES FOSFATADOS S.A.- FOSFERTIL FIBRIA CELULOSE S.A. GERDAU S.A. KLABIN S.A. MAGNESITA REFRATARIOS S.A. MMX MINERACAO E METALICOS S.A. PARANAPANEMA S.A. USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A.-USIMINAS VALE S.A.
TELECOMUNICAÇÕES	BRASIL TELECOM S.A. GVT (HOLDING) S.A. TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A. TELEC DE SAO PAULO S.A. - TELESP TIM PARTICIPACOES S.A. VIVO PARTICIPACOES S.A.
UTILIDADE PÚBLICA	AES TIETE S.A. CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS CESP - CIA ENERGETICA DE SAO PAULO CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL CIA SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO CIA SANEAMENTO DE MINAS GERAIS-COPASA MG CPFL ENERGIA S.A. CTEEP - CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A. ELETROPAULO METROP. ELET. SAO PAULO S.A. EQUATORIAL ENERGIA S.A. LIGHT S.A. MPX ENERGIA S.A. TRACTEBEL ENERGIA S.A. TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.